|  |
| --- |
| **RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET** |

**Pregão Eletrônico No 01/2017**

**Processos Nº 48000.001766/2016-11**

|  |
| --- |
| Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CNPJ Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_ Telefone: ( ) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Pessoa para contato: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Recebemos, por intermédio do acesso à página do [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br/) ou [**www.mme.gov.br**](http://www.mme.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.  Local: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura |

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o MME e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o Recibo de entrega do Edital, de forma legível e, remeter à Comissão Permanente de Licitações por meio do

e-mail: [**licitacao@mme.gov.br**](mailto:licitacao@mme.gov.br).

**TELEFONES – (XX61) 2032-5630 – 2032-5957 – 2032-5554**

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Edital do Pregão Eletrônico no 01/2017-MME**

|  |
| --- |
| **01 – Do Objeto**  **02 – Dos Recursos Orçamentários**  **03 – Do Credenciamento**  **04 – Da Participação No Pregão**  **05 – Do Envio da Proposta**  **06 – Das Propostas e Formulação de Lances**  **07 – Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora**  **08 – Da Habilitação**  **09 – Da reabertura da Sessão Pública**  **10 – Do Encaminhamento da Proposta Vencedora**  **11 – Dos Recursos**  **12 – Da Adjudicação e Homologação**  **13 – Da Garantia de Execução**  **14 - Do Termo de Contrato**  **15 – Da Repactuação**  **16 - Da Fiscalização**  **17 – Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental**  **18 – Das Obrigações do Contratante e da Contratada**  **19 – Do Pagamento**  **20 – Das Sanções Administrativas**  **21 – Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento**  **22 – Das Disposições Gerais**  **23 – Do Foro** |
| **Anexos integrantes do edital:**  ANEXO I – Termo de Referência  ANEXO II – Relação dos Uniformes a Serem Disponibilizados  ANEXO III – Relação de Materiais de Consumo e Equipamentos  ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços  ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços  ANEXO VI – Modelos de Declarações  ANEXO VII – Modelo de Declaração de Vistoria  ANEXO VIII – Modelo de Autorização para Abertura de Conta Vinculada  ANEXO IX – Modelo de Autorização Para Retenção e Depósito  ANEXO X – Minuta de Contrato  ANEXO XI – Termo de Conciliação Judicial |

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017**

(Processo Administrativo n° **48000.001766/2016-11**)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério de Minas e Energia, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA, sediado (a) na Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446-Brasília/DF CEP – 70.065-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e Anexos.

Data da sessão: **22/02/2017**

Horário: **10:00 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, **o horário de Brasília – DF,** inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO
   1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada, períodos diurno/noturno**, a serem executados de forma contínua, com a disponibilização da mão-de-obra das categorias de vigilante e supervisor, com fornecimento de materiais acessórios, para atender as necessidades no Ed. Sede do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo, na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília/DF, conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
   1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Ação 2000; PTRES 091627; Programa de Trabalho: 2512221192000 0001; Elemento de Despesa: 33.90.37

1. CREDENCIAMENTO
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010 de 11 de outubro de 2010.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
      1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
      3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
      4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
      5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, nos termos da Lei nº 6.404/76, possui características de associação temporária entre empresas, sem personalidade jurídica própria, vez que o objeto do pregão não envolve serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade;
      6. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, anexo ao Edital, e a proibição do artigo 5° da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008.
   3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
         1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
      2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
      5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.
3. DO ENVIO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. **O valor mensal e o valor anual do Item.**
      2. Descrição detalhada do objeto contendo, entre outras, as seguintes informações:
         1. os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta, conforme o disposto neste instrumento e modelos anexos;
         2. a indicação do(s) sindicato(s), acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, acompanhada de cópia da Convenção Coletiva de Trabalho que estipulou o salário base da proposta apresentada;
         3. a relação dos uniformes que deverão ser concedidos aos empregados, indicando o quantitativo e especificações;
         4. a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
         5. a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;
   6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de **Modelo de Proposta de Preços**, conforme **Anexo V** deste Edital;
      1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.
      2. Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a Contratada, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.
   8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.
4. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
   1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor anual total do item**.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
      1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
   15. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
   16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
   17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
       1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
5. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
      1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
         1. comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
         2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
   3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
   4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
   5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
   6. O Pregoeiro convocará o licitante, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no *chat*, o prazo máximo de **03 (três) horas** a contar da solicitação, para enviar a documentação de habilitação e a proposta ajustada ao seu lance final pelo e-mail: [licitacao@mme.gov.br](mailto:licitacao@mme.gov.br), sob pena de não aceitação da proposta.
      1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada pelo licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
      2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as Planilhas de Custos readequadas com o valor final ofertado.
      3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
      4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
      5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
         1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
   7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
      1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
      2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
   10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
6. DA HABILITAÇÃO
   1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
      1. SICAF.
      2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).
      3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/ improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/%20improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
      4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
      5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
      6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
   2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outro de 2010.
      1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
      2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **3 (três)horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   3. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, de 11 de outubro de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista e Qualificação econômico-financeira e técnica:
   4. **Habilitação jurídica:** 
      1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
      2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
      4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
      5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
   5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
   6. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
      1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
      2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
      3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
      5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
      6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
      7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
      8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
   7. **Qualificação econômico-financeira:** 
      1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
      2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
         1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
      3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = | Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante |
| Passivo Circulante |

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:
       1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66%** (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
       2. Comprovação de patrimônio líquido de **10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

* 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a **Qualificação Técnica,** por meio de:
     1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da licitante, onde comprove a experiência da empresa na prestação de serviços de vigilância desarmada, de forma continua no período mínimo de 03 (três) anos em compatibilidade com o quantitativo objeto desta licitação
        1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente;
        2. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços.
     2. Autorização para funcionamento no Distrito Federal, expedida pela Comissão Executiva para assuntos de Vigilância e Transporte de Valores, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20/06/83 e o Decreto nº 89.056, de 24/11/83 e pela Portaria nº 387/2006 – DG/DPF;
     3. Autorização para compra de arma não letal, expedida mediante alvará concedido pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, devidamente publicado na imprensa oficial, conforme Portaria nº 515/2007 do Departamento de Policia Federal;
     4. Autorização de compra de arma não letal, tipo spray de pimenta, obtido junto ao Departamento de Policia Federal – DPF, em quantidade igual ou superior ao número de posto objeto do presente termo;
     5. **Declaração de Vistoria Técnica**, conforme modelo constante do **Anexo VII** deste Edital, datado e assinado, para conhecimento das condições ambientais e técnicas do local onde serão executados os serviços, com vistas a subsidiar a elaboração de proposta de preços. Recomenda-se que a vistoria técnica seja efetuada por 01(um) representante da licitante que tenha conhecimento técnico, e preferencialmente, que seja do quadro de pessoal da licitante.
        1. A licitante poderá vistoriar o local dos serviços, situados no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, sede do Ministério de Ministério de Minas e Energia e do Turismo, em Brasília/DF, durante o período, cujo final, antecede, preferencialmente de 02 (dois) dias ao dia da licitação. A antecedência é solicitada, tendo em vista o necessário tempo hábil, para dirimir possíveis dúvidas após a vistoria, e que deverão ser repassadas a todos os interessados;

b) A vistoria poderá ser marcada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, pelo fone **(061)** **2032-5558 ou 2032-5703** e será acompanhada por profissional da Coordenação de Atividades Gerais/COAGE/CGRL/SPOA/SE do MME, recebendo em seguida a Declaração de Vistoria, conforme modelo constante do **Anexo VII**.

c) A Licitante que optar por **não realizar** a vistoria deverá apresentar declaração de que não realizou a mesma, mas que tomou conhecimento do Edital e seus Anexos, e que não será motivo para eximir-se de realizar qualquer serviço ou fornecer material objeto desta contratação.

8.9 As licitantes cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos nos subitens **8.4, 8.5 e 8.6** estando todas obrigadas, ainda, à apresentação das declarações implantadas nas licitações eletrônicas do portal de compras governamentais e dos seguintes documentos:

1. **Declaração que inexiste fato superveniente impeditivo da habilitação**, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93 e de acordo com o modelo do **Anexo VI** deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços;
2. **Declaração que não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, conforme o modelo do **Anexo VI** deste Edital;
3. **Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva**, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme o modelo do **Anexo VI** deste Edital.
4. **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o modelo do **Anexo VI** deste Edital;
5. **Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu art. 34, e que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, conforme o modelo do **Anexo VI** deste Edital;
6. **Declaração de que está ciente e concorda** com as condições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
7. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.440, de 07 de Julho de 2011;
8. **Declaração** da licitante, acompanhada de Relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo VI** deste Edital, **de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante,** que deverá ser atualizado na forma descrita no subitem 8.6deste Edital, e de acordo com o inciso XXIV do art.19 da IN SLTI/MPOG 02 com alterações**,** observados os seguintes requisitos:

h1) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício–**DRE,** relativa ao último exercício social**;**

h2) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício–DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deveráapresentar justificativas**;** e

h3)certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.10 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema *upload*, no prazo de **03 (três) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacao@mme.gov.br](mailto:licitacao@mme.gov.br).

* + 1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
  1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
     1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
  2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
  3. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
  4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  7. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
   1. A sessão pública poderá ser reaberta:
      1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
      2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
   2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta
      1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat*, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
      2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
2. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
   1. A proposta final do licitante declarado vencedor, juntamente com os documentos exigidos para habilitação, **deverá ser encaminhada em original ou cópia autenticada, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo máximo de 03 (três) dias,** para o Ministério de Minas e Energia, Coordenação de Licitações e Compras, Sala 446 – Esplanada dos Ministérios Bloco “U” – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 - a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
      1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
      2. apresentar a Planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
      3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
   2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
      1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
3. DOS RECURSOS
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
   1. O adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.
      1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
      2. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza o Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
   2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
   3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
      1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
      2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
      3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
      4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
   4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.
   5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
   6. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
   7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.
   8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
   9. Após a execução do Contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.
      1. Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008, conforme obrigação assumida pela Contratada.
   10. Será considerada extinta a garantia:
       1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
       2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.
6. DO TERMO DE CONTRATO
   1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse do Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no Contrato.

* 1. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta *on line* ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
     1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e anexos.
  2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento*.*
  3. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
  4. A licitante vencedora deverá apresentar a **comprovação da pessoa física**, indicada como representante da pessoa jurídica a ser contratada, da sua competência para a assinatura do Contrato e assunção de respectivas responsabilidades, preferencialmente, por procuração em cartório.

1. DA REPACTUAÇÃO
   1. As regras acerca da repactuação do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

16 DA FISCALIZAÇÃO

* 1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.
  2. O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
  3. A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.
  4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
  5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na Proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de aplicação/utilização/uso.
  7. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
  8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência, neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
  9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
  10. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a verificação detalhada das rotinas estabelecidas no **Termo de Referência**, **Anexo I** deste Edital;
  11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
   1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando, ainda, os critérios estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
   2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT NBR**, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência, **Anexo I**, deste Edital.
   3. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.
   4. Se identificado vazamentos em torneiras ou sifão, lâmpadas queimadas ou piscando, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, imediatamente, o representante da Contratada deverá comunicar o Contratante, por escrito.
   5. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, orientando regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica e água no uso dos equipamentos;
   6. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, [Portarias INMETRO n° 289/06 e nº 243/09.](http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtosPBE/regulamentos/Portaria289_2006.pdf)
   7. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.
   8. Realizar no período compreendido entre o início efetivo do contrato e a 30(trinta) dias da sua assinatura, treinamento de seus empregados para implementar ações e hábitos visando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, de economia de produtos de limpeza, para identificação e uso de produtos biodegradáveis, de redução de produção de resíduos sólidos (lixo), com separação do lixo seco do orgânico/úmido, com fulcro nas normas ambientais vigentes, por intermédio de empresa autorizada/credenciada pelo órgão ambiental público;
   9. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela Coleta Seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.
2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

1. DO PAGAMENTO
   1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, pelo Contratante, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, observado o disposto na Lei no 4.320/64.
   2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura, pela Contratada, deverá ocorrer no prazo de **até 02 (dois) dias**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.
   3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada das seguintes comprovações:
      1. Pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
      2. Prova da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 29](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8666_93.html#art29) da Lei 8.666/93;
      3. Cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
      4. Apresentação das folhas de pontos de todos os empregados, com o registro real do horário de entrada e saída, devidamente assinadas, e/ou abonadas pelo Fiscal, se for o caso, correspondente ao mês objeto do faturamento.
   4. A fiscalização/servidor competente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, no prazo de **até 02 (dois) dias**, contado da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008, para pagamento.
   5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “**atesto**” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.
   6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
   7. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.
      1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
   8. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. não produziu os resultados acordados;
      2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
      3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
   9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   10. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Edital.
   11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
   12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   13. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
   14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
   15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante, não será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.
   16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.
       1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
   17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |
| 365 |

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
   1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art.28 do Decreto nº 5.450/2005, na fase licitatória, a empresa participante está sujeita a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do SICAF nos seguintes prazos:
2. Deixar de entregar os documentos e proposta exigidos neste Edital, quando convocada pelo Pregoeiro: **até 1 ano;**
3. apresentar documentação falsa na licitação: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF**, sendo o ato devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
4. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Edital: **até 1 ano;**
5. não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 ano;**
6. comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 anos e descredenciamento do SICAF;**

**e1)** considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

* 1. Se a Contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:

1. **advertência,** por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
2. multa moratória diária de **1%** (um por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na sua assinatura, limitado ao montante total de 2% (dois por cento);
3. **multa moratória diária de 1%** (um por cento) sobre o valor da parcela mensal correspondente, por ocorrência, nos seguintes casos:

**c1)** constatada a presença no posto de trabalho, de profissional não uniformizado, ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;

**c2)** deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;

**c3)** atrasar o pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas;

**c4)** atrasar ou deixar de entregar o material necessário à execução dos serviços.

1. multa moratória diária de **0,07%** (sete centésimos por cento), sobre o valor da garantia do contrato, no caso de atraso na sua entrega;
2. multa diária de **1%** (um por cento), sobre o valor do Contrato no caso de atraso na abertura da conta vinculada de que trata este Edital;
3. multa diária de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
4. multa compensatória **de 5%** (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;
5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MME, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.
   1. O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
   2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@mme.gov.br](mailto:licitacao@mme.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF – CEP – 70.065-900 – Comissão Permanente de Licitações.
      1. **Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais (observado o horário de Brasília até às 18 horas).**
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios Bloco “U” Sala 446 – Brasília/DF- CEP 70.065-900, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Relação dos Uniformes a Serem Disponibilizados

**ANEXO III** – Relação de Materiais de Consumo e Equipamentos

**ANEXO IV** – Planilha de Custos e Formação de Preços

**ANEXO V** – Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO VI –** Modelo de Declarações

**ANEXO VII –** Modelo de Declaração de Vistoria

**ANEXO VIII –** Modelo de Autorização Para Abertura de Conta Vinculada

**ANEXO IX –** Modelo de Autorização Para Retenção e Depósito

**ANEXO X** **–**  Minuta de Contrato

**ANEXO XI –** Termo de Conciliação Judicial

**23. DO FORO**

As questões decorrentes da execução do objeto deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 10 de fevereiro de 2017.

Cláudete Martins

Pregoeira

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**Processo Administrativo nº 48000.001766/2016-11**

1. **OBJETIVO**

Contratar empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada, períodos diurno e noturno, de forma contínua, com a disponibilização da mão-de-obra das categorias de vigilante e supervisor, com fornecimento dos materiais acessórios, para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Turismo, Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF.

1. **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada, diurna e noturna, 24 horas diuturnas, com supervisor, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Bloco “U”, da Esplanada dos Ministérios, sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília - DF.

1. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
   1. Trata-se de serviço essencial para a administração, visando a segurança do patrimônio público (instalações, equipamentos e acervo documental) e a integridade do servidor e do público em geral; caracterizado como “serviço continuado”, de acordo com a IN Nº 02/2008 do MPOG, datada de 30 de abril de 2008;
   2. O Contrato atual, nº 09/2012-MME, processo nº 48000.001026/2011-62 terá sua vigência encerrada em 07.03.2017, sendo necessária a realização de novo procedimento licitatório a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, já que esses são imprescindíveis para garantir o funcionamento da Instituição;
   3. Atualmente os serviços são realizados de forma conjunta por vigilantes terceirizados e por agentes de vigilância do quadro permanente do Ministério, cujo quadro efetivo está sendo sistematicamente diminuído com a aposentadoria dos servidores, e em face de impossibilidade das vagas serem preenchidas, uma vez que o cargo acha-se em extinção, a contratação ora em tela, não pode deixar de existir;
   4. De conformidade com o Art 7º, § 2º da IN Nº 02/2008, a Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632/98:

*“As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes do Anexo desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.”*

* 1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;
  2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1° da Lei nº 10.520/2002, em função das características gerais e específicas de mercado e atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, podendo assim ser objetivamente definidos neste Termo de Referência:

*“Art. 1º*

*Parágrafo único - Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos desse artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais no mercado. ”*

1. **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO**
   1. A licitação será realizada na modalidade denominada Pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei no 8.666/93, Decreto nº 3.555/2000, Lei no 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Decreto 8.250/2014, Instrução Normativa SLTI/MPOG no 02/2008, Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01/2010, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicáveis ao caso, uma vez que se trata de serviços comuns, com especificações usuais no mercado para os materiais e a mão-de-obra (em características, quantidades e especificidades, e facilmente encontráveis no mercado), aptos a satisfazer as necessidades da Administração;
2. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
   1. Lei 7.102 de 20 de junho de 1983 – constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências;
   2. Decreto 89.056, de 24 de novembro de 1983 – regulamenta a Lei 7.102/83;
   3. Lei 8.666/93, de 21 de junho 1993 – dispõe sobre licitações e contratos no Serviço Público;

|  |
| --- |
|  |

6.4. Lei 9.032, de 28 de abril de 1995 – dispõe sobre alíquotas de contribuição para a Previdência Social;

* 1. Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997 – dispõe sobre contratação de serviços pela Administração Pública;
  2. Lei 10.480, de 2 de julho de 2002 – dispõe sobre o quadro da AGU;
  3. Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005 – regulamenta o pregão eletrônico;
  4. Portaria nº 387/2006 - DG/DPF, de 28 de agosto de 2006 - Altera e consolida as normas aplicadas sobre segurança privada;
  5. Instrução Normativa SLTI-MP n° 02, de 30 de abril de 2008 - dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;

6.10 Instrução Normativa SLTI-MP nº 3, de 15 de outubro 2009 – altera disposição da IN nº 2/2008;

* 1. Instrução Normativa SLTI-MP n°01, de 19 de janeiro de 2010 – dispõe sobre fixação de critérios de sustentabilidade para aquisição de bens e serviços;
  2. Portaria SLTI-MP nº 15, de 02 de julho de 2013 - que atualiza os valores limites para a contratação de serviços de vigilância;

6.13 Súmula n° 444 do Tribunal Superior do Trabalho – dispõe sobre o pagamento em dobro pelo trabalho em feriados na jornada 12 x 36 hs.

1. **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços de vigilância serão realizados com base em postos previamente estabelecidos pela Administração os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos restritos limites estabelecidos pela norma em vigor;
   2. As instruções, normas ou procedimentos serão emitidos exclusivamente pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, Secretário-Executivo, Ministro de Estado ou por autoridade por eles designadas;
   3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;
   4. Permitir o ingresso e acesso às instalações do Ministério, somente de pessoas, vestidas adequadamente, identificadas e autorizadas expressa e previamente por autoridade competente do órgão ou servidor/colaborador perfeitamente identificado;
   5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, hora de saída e retorno, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
   6. Repassar para a(os) vigilante(s) que estiver(em) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventuais anormalidades observadas nas instalações e suas imediações;
   7. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
   8. Proibir, em todas as unidades, o ingresso de cobradores, vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações do MME, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela administração ou representante desta;
   9. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
   10. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
   11. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
   12. Executar a(s) rondas(s) conforme os horários e orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
   13. Ao final de cada expediente e aos finais de semana, verificar se todas as janelas e portas da imediação de cada posto e áreas externas foram fechadas pelos servidores e, em caso contrário, providenciar o fechamento e registro da ocorrência no Livro de Ocorrências e, repassar, diariamente, os números das salas ao Chefe da Segurança.
   14. Os vigilantes deverão estar munidos de armamento não letal, do tipo spray de pimenta.
   15. Garantir a integridade física dos servidores do Ministério de Minas e Energia, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição, a qualquer hora, no âmbito de trabalho;
   16. Assegurar a integridade do acervo patrimonial do Ministério, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público;
   17. Acionar os dispositivos de segurança, bem como os Brigadistas de Incêndio, em casos de incêndio e qualquer fato, ocorrência ou fenômeno que coloquem em risco os servidores, os serviços, o patrimônio e a instituição com um todo, dando imediato conhecimento à Administração.
   18. **Requisitos Básicos**

7.18.1 Os profissionais selecionados pela CONTRATADA para prestação dos serviços de vigilância deverão atender os seguintes requisitos:

* + - 1. Ter idade mínima de 21 anos;
      2. Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar legalmente amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
      3. Ter instrução correspondente à quarta série do ensino do primeiro grau;
      4. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
      5. Apresentar atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;
      6. Apresentar certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição dos setores de distribuição do foro criminal da justiça federal do Distrito Federal;
      7. Comprovação de não ter antecedentes criminais na Polícia Federal e da Policia do Distrito Federal;
  1. **Dos Postos de Serviços**

Os Postos de Serviços, conforme preconiza a IN Nº 02/2008 do MPOG, de 30 de abril de 2008, serão localizados nas instalações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Postos de Trabalhos de Vigilância Desarmada** | | | | |
| Qtd. de posto | Tipo de posto | Distribuição / localização do posto | | Qtd. de funcionário |
| 01 | **Supervisor**  **Diurno**  **Desarmado**  44 hs semanais envolvendo 1(um) funcionário. | Portarias principal e privativa, e demais dependências. | | 1 |
| 06 | **Vigilante**  **Diurno**  **Desarmado**  12 x 36 hs, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) vigilantes | Portaria principal | 2 postos | 4 |
| Garagem - portão sul (rampa) | 1 posto | 2 |
| Garagem - portão norte (Via N-2) | 1 posto | 2 |
| Garagem - portão de  carga/descarga (Via N-2) | 1 posto | 2 |
| 1º subsolo (S10) | 1 posto | 2 |
| 01 | **Vigilante**  **Noturno Desarmado**  12 x 36 hs,  de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) vigilantes. | Portarias principal e privativa, e ronda externa. | 1 posto | 2 |
| Total de funcionários | | | | 15 |

* + 1. O posto de supervisor tem a finalidade de coordenar e acompanhar as atividades dos vigilantes;
    2. Os postos distribuídos nas portarias têm a finalidade de controlar a entrada e saída de pessoas, de materiais e realizar rondas nas instalações do edifício;
    3. Os postos distribuídos na garagem, além de outras atribuições inerentes, deverão fiscalizar a entrada e saída de veículos, bem como de materiais e pessoas;
    4. O posto no 1º Subsolo tem como objetivo fiscalizar o local, bem como dar apoio aos demais postos que realizam rondas ostensivas e fazem a segurança dos eventos nos auditórios e em outros locais.
  1. **Das Atribuições dos Vigilantes** 
     1. **DO SUPERVISOR**

1. Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;
2. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, Fiscal do Contrato, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
3. Manter afixado no posto, em local visível o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades fim;
4. Comunicar ao setor de segurança do CONTRATANTE todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do MME;
5. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, facilitando, no possível, atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
6. Comunicar a Rádio Patrulha da PM, pelo telefone 190 e ao Chefe de Administração local, quando houver formação de aglomeração, permanência de pessoas nas imediações dos edifícios, depredação ou invasão dos prédios;
7. Promover inspeções e rondas com os vigilantes nas áreas internas e na área perimetral sob custódia, com o objetivo de impedir incursões, danos materiais à propriedade e instalações do CONTRATANTE (área perimetral é o espaço físico a céu aberto, delimitado e circunscrito a uma área não superior a 20 metros);
8. Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
9. Coordenar as atividades dos vigilantes de acordo com as instruções fornecidas pelo CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do Contrato designado nos termos da legislação em vigor;
10. Proceder, diariamente, nos dias úteis, a inspeção nos postos de serviços. Nos finais de semana e feriados, a Supervisão será feita por conta da empresa e a mesma deverá ser efetuada sem ônus ao Ministério;
11. Não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho se agrupem com outros profissionais a fim de evitar conversa sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
12. Não permitir que profissionais da CONTRATADA entrem ou saiam das dependências do CONTRATANTE, por locais que não aqueles previamente determinados;
13. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando a imediata remessa à Fiscalização do Contrato;
14. Fornecer aos empregados da CONTRATADA, as constantes instruções, recomendando-lhes o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades;
15. Fiscalizar, controlar e orientar, permanentemente, o correto uso de spray de pimenta;
16. Coibir, terminantemente, qualquer uso indevido ou indiscriminado do armamento;
17. Registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia e informar-se das possíveis ocorrências no plantão anterior;
18. Estar à disposição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, sempre que necessário, visando a resolver os problemas relativos aos serviços;
19. Inspecionar, diariamente, os equipamentos utilizados pelos empregados (radiotransmissor, armamento e outros);
20. Ficar atento à qualidade do atendimento dos vigilantes, que deverá ser cortês com os visitantes e servidores do MME;
21. Passar ao CONTRATANTE e à Fiscalização todas as informações referentes aos serviços;
22. Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
23. Fiscalizar a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pela vigilância;
24. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Fiscalização do contrato;
25. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las;
26. Fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços;
    * 1. **DOS VIGILANTES**
27. Ser pontual e permanecer no posto de serviço determinado, ausentando-se apenas quando substituído por outro vigilante ou quando autorizado pelo Supervisor;
28. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida;
29. Permitir o ingresso, nas instalações físicas do CONTRATANTE somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
30. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares nas áreas internas;
31. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, no possível, atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
32. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho nos feriados e nos finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, conforme Norma Operacional do CONTRATANTE;
33. Proibir o ingresso de vendedores e ambulantes às instalações, sem que estes estejam devidamente autorizados pelo CONTRATANTE ou responsável;
34. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, notificando o fato ao Supervisor, que deverá comunicar ao CONTRATANTE, no caso de desobediência;
35. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
36. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
37. Providenciar todas as medidas necessárias, permitidas em lei, para evitar a ocorrência de furtos, tendo atenção especial quanto aos objetos de pequeno porte;
38. Executar rondas diárias conforme a orientação recebida do Fiscal do Contrato preposto do CONTRATANTE, através do seu supervisor, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações;
39. Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, calçados engraxados, barbeado, cabelos e unhas aparadas e com aparência pessoal adequada ao exercício da função, com 15(quinze) minutos de antecedência, portando o material necessário à execução dos serviços, tais como: lápis ou caneta, bloco de papel e outros específicos ao desempenho do trabalho, principalmente o livro de ocorrência e rádio HT;
40. Verificar, após o expediente, se as portas e janelas estão bem fechadas, bem como, verificar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções ao contrário;
41. Registrar a permanência de pessoas nas repartições após o horário normal de expediente;
42. Deixar iluminado, após o expediente, nos pontos predeterminados, os andares térreos dos prédios, bem como verificar se todas as demais luzes dos prédios estão apagadas;
43. Verificar por ocasião das vistorias regulares no prédio a existência de objetos suspeitos (pacotes, embrulhos, etc.) abandonados e, uma vez considerado suspeito, adotar medidas preventivas de segurança recomendada pela norma estabelecida;
44. Efetuar vistoria no prédio, quando da troca de turnos, acompanhado de seu substituto, comunicando as irregularidades ocorridas, que deverão ser anotadas no Livro de Ocorrências, entregando-lhe as chaves confiadas;
45. Impedir o ingresso de pessoas, quando inconvenientes ou não autorizadas a ingressar em locais determinados pelo CONTRATANTE, bem como vendedores, compradores, pedintes e angariadores de donativos;
46. Não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa, masculina ou feminina, em traje incompatível com o ambiente de trabalho;
47. Não permitir, sob nenhuma hipótese, o acesso de animais, qualquer que seja a espécie, sem a autorização expressa da autoridade competente, salvo aqueles amparados pela legislação, como cão guia para deficientes visuais, etc.;
48. Não permitir a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional, situação que deverá ser submetida à apreciação do seu Supervisor, quando então avaliará a possibilidade de acesso ou o imediato encaminhamento para avaliação policial ou médica, se for o caso, ouvido o Fiscal do Contrato;
49. Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, sem antes submetê-los à apreciação do Supervisor da Segurança;
50. Não permitir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes sejam feitos a sua identificação e contato junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar;
51. Atentar para que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-las, quando for o caso, no embarque e desembarque de viaturas;
52. Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências do Ministério;
53. Não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita, nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas, etc., sem a prévia autorização do CONTRATANTE;
54. Controlar fluxo de carros e pedestres aos acessos de entrada e saída da garagem;
55. Impedir a saída de volumes e materiais pertencentes à CONTRATANTE, sem a devida autorização;
56. Identificar e registrar a entrada de servidores nas dependências dos edifícios do CONTRATANTE fora do horário de expediente, exigindo-lhes prévia e expressa autorização para o ingresso, e dentro do horário de acordo com as normas internas;
57. Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
58. Repassar para os vigilantes que estão assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;
59. Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceirizados não autorizados;
60. Comunicar, imediatamente, ao Supervisor sempre que constatada a existência de aglomeração, a permanência de pessoas suspeitas nas imediações dos Edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão do prédio. Nos finais de semana e feriados a comunicação será feita via telefone fixo, celular ou rádio;
61. Abster-se por completo, da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações, durante o horário em que estiver prestando serviços;
62. Impedir o acesso de pessoas que se negue à identificação regulamentar, salvo por decisão e/ou expressa do CONTRATANTE;
63. Acompanhar, de forma ininterrupta, quando disponíveis, os monitores da vigilância eletrônica, comunicando de imediato ao Supervisor de Segurança e ao Fiscal do Contrato, qualquer fato ou ação considerada anormal, reduzindo o termo, em livro próprio, qualquer ocorrência verificada no turno;
64. Não permitir a entrada de embrulho(s), volume(s), pacote(s), mala(s), bolsa(s), sacola(s), ou outro(s) assemelhado(s); nos casos em que o portador ofereça resistência, exibir o conteúdo do(s) mesmo(s), ocorrência que será imediatamente levada ao conhecimento do Supervisor da Segurança/Fiscal do Contrato.
65. **DO FORNECIMENTO DOS UNIFORMES**
    1. A CONTRATADA deverá fornecer a cada 6(seis) meses, aos profissionais alocados nos postos de trabalho, inclusive ao supervisor, uniformes novos, conforme descrição constante no **Anexo I,** submetendo-os previamente a aprovação do CONTRATANTE, no prazo de 10(dez) dias úteis antes do início da execução dos serviços, resguardando o direito do CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam à condições mínimas de apresentação.
    2. Não haverá distinção entre o uniforme utilizado pela vigilante e pelo vigilante.
    3. O uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser fornecida ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de serviço.
66. **DAS INSTALAÇÕES**

O MME oferecerá à CONTRATADA o espaço físico necessário para instalação de postos de operações, controle e acompanhamento das atividades de Vigilância no Órgão e demais áreas fiscais cobertas pela contratação.

1. **DO SALÁRIO BASE MENSAL DOS PROFISSIONAIS**

Os salários dos profissionais, bem como, dos demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na **Convenção Coletiva de Trabalho** celebrada entre o Sindicado dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal - **SINDESV/DF** e Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal - **SINDESP/DF.**

1. **DOS BENS PATRIMONIAIS E MATERIAIS DE CONSUMO**
   1. A retirada e/ou transporte de qualquer bem material, de consumo ou vinculado ao patrimônio do MME, para fora das suas dependências, somente será permitida mediante a apresentação da “Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo”, devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente, autorização essa que deverá conter, indispensável, a discriminação do bem, o destino, data de retorno e o número do tombamento, no caso de bem patrimonial;
   2. O procedimento de retirada deverá ser supervisionado pelo Supervisor da Segurança ou Vigilante que por ele a ser designado, devendo uma via da “Autorização” ficar retida junto ao serviço de Segurança;
   3. O(s) bem(s) de propriedade particular, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal, conduzido(s) pelo respectivo proprietário, uma vez comprovada a posse, somente terá(ao) permissão de acesso às dependências do MME, após submetido(s) à verificação/avaliação do Supervisor de Segurança, condição essencial para que seja concedida, inclusive a necessária autorização de saída;
   4. O(s) prestador(es) de serviço(s) que tiver(em) acesso às dependências do MME, e, dessa forma vier(em) a exibir o conteúdo de sua(s) maleta(s), pasta(s), sacola(s), pacote(s) ou outros, o(s) qual(is) contenha(m) ferramentas e materiais de trabalho específicos, poderá(ão) ser dispensado(s) da autorização de saída desde que, assim procedendo, submeta(m) - se à verificação do Supervisor da Segurança ou do vigilante designado;
   5. Compete ao Supervisor da CONTRATADA acompanhar o fechamento de volumes, embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade do MME, venham a deixar as dependências do MME/MTur.
2. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
   3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
   4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
   6. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
   7. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
   8. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:
      1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
      2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
      3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
      4. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo;
   9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
   10. Substituir, no prazo máximo de 2(duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
   11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
   12. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
   13. Autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
       1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;
   14. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo IX da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma;
   15. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
       1. 13º (décimo terceiro) salário;
       2. Férias e um terço constitucional de férias;
       3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
       4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008);
       5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 2/2008;
   16. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica;
   17. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços;
   18. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados;
   19. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato;
       1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa;
       2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos;
       3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;
       4. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
   20. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
   21. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
   22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
   23. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
   24. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
       1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
       2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
       3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
   25. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

12.25.1 para a realização do objeto da licitação, se for o caso, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório no Distrito Federal ou em cidades do Entorno, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

* 1. Manter preposto no local de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.
  2. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
  3. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
  4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  7. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  8. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006;

12.33.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

* 1. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
  2. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.
  3. Iniciar as atividades objeto desta contratação imediatamente após a assinatura do contrato, prestando os serviços de acordo com a legislação vigente e as condições do contrato;
  4. Comprovar, antes da assinatura do contrato, a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de **Certificado de Curso de Formação de Vigilantes**, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, como também o prévio registro, na Delegacia Regional do Trabalho, dos empregados que prestarão serviços no Ministério, em conformidade com o que dispõe o artigo 17 da Lei nº 7.102/83;
  5. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos postos relacionados, tabela de locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pelo CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;
  6. Apresentar atestado de **antecedentes civil e criminal** de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do CONTRATANTE, após a assinatura do contrato;
  7. Atender de imediato as solicitações quanto às substituições da mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
  8. Responsabilizar-se de que a arma não letal deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do CONTRATANTE, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

* 1. Fornecer e manter em perfeito funcionamento **rádios HT**, e demais equipamentos ou materiais constantes do **Anexo I**, para utilização dos supervisores e vigilantes, de segunda a domingo durante 24(vinte e quatro) horas, distribuídos conforme determinação da fiscalização do CONTRATANTE, renovando-os sempre que a boa apresentação individual ou a eficiência estiver comprometida;
  2. Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente, vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, por ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia durante a execução dos serviços adotando-se, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis da comunicação, as providências necessárias à reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s);

12.43.1 A cobrança de eventuais prejuízos será antecedida de processo apuratório, sendo garantido o direito do contraditório e a ampla defesa;

* 1. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  2. Manter durante a execução do Contrato, os uniformes e equipamentos sempre em perfeitas condições de uso;
  3. Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando serviços;
  4. Cumprir a programação dos serviços elaborada pelo CONTRATANTE, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e visitantes;
  5. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
  6. Impedir a entrada de bens de particulares, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal, após a avaliação do bem e o registro por meio de formulário próprio;
  7. Acompanhar, por meio do Supervisor e/ou Vigilantes o fechamento de volumes e embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade da CONTRATANTE, venham a deixar suas dependências;
  8. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada no Posto onde houver prestação dos serviços;
  9. Fornecer roupeiros de aço, portas altas, com pintura antiferrugem e total de compartimentos (portas) suficientes ao número de empregados, sendo um compartimento para cada, com fechadura (à chave) ou pitão para cadeado;
  10. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do Ministério e vice e versa, por meios próprios ou mediante a concessão de vale transporte. Em se tratando de vale transporte a empresa deverá fornecer o quantitativo de uma única vez e a cada trinta dias até o 5º(quinto) útil do mês em curso, segundo o itinerário: Cidade Residente (Satélite ou Entorno) / Rodoviária Central do Plano Piloto / MME e vice-versa, com a apresentação do demonstrativo de pagamento;
  11. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências do Ministério, e vice versa, por meio próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
  12. Creditar até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, e encaminhar juntamente com a fatura mensal, os respectivos comprovantes;
  13. Abster-se de vincular o recebimento da fatura dos serviços do MME, com o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
  14. Responsabilizar-se pelo fornecimento de vale-refeição ou alimentação e vale transporte aos seus empregados, cuja entrega deverá ser efetuada de uma única vez e a cada 30 (trinta) dias, até o 5º (quinto) dia do mês em curso;
  15. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação especifica de acidente de trabalhos, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados na execução de serviços inerentes a este contrato, ainda que acontecido nas dependências do Ministério;
  16. Apresentar garantia contratual, nos termos do art. 65 da Lei n° 8.666/93, no valor correspondente a 5% (cinco) por cento do valor total do Contrato;
  17. Contratar seguro a favor de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal, podendo o Fiscal do Contrato, a qualquer tempo solicitar os comprovantes;
  18. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, quando em serviço, assegurando-lhes o cumprimento a todas as determinações trabalhistas e previdenciárias cabíveis e assumindo, ainda, as responsabilidades civis, penais, criminais e demais sanções legais decorrentes do eventual descumprimento destas;
  19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito, federal, estadual, distrital e/ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE, inclusive quanto à prevenção de incêndios e as de Segurança e Medicina do Trabalho;
  20. Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do CONTRATANTE, apresentando cópia do mesmo à Fiscalização do Contrato;
  21. Apresentar a fiscalização do CONTRATANTE fichas dos profissionais a serem alocados nos respectivos posto de serviços, que deverão estar sempre atualizadas e devidamente acondicionadas, contendo todas as identificações dos empregados: foto, tipo sanguíneo, fator Rh, endereço/telefone residencial, comprovação de formação específica do profissional, mediante cópia autenticada do certificado do autenticada do certificado do curso de formação;
  22. Comunicar à Fiscalização do CONTRATANTE das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões.
  23. Identificar todos os materiais e equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com os similares do CONTRATANTE;
  24. Auxiliar, por meio dos empregados, nas atividades de prevenção e combate de incêndios, ou em outros sinistros, visando a segurança física de pessoal, de instalações e do patrimônio;
  25. Substituir durante a execução do contrato os materiais e equipamentos fornecidos que não atenderem às necessidades quanto ao desempenho, devendo apresentar outros novos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à previa aprovação do CONTRATANTE;
  26. Apresentar prova de quitação da contribuição sindical junto ao sindicato patronal;
  27. Apresentar comprovação de Seguro de Vida Coletivo, com abrangência para todos os vigilantes lotados no Ministério, na forma do Art. 4 da Portaria nº 358/2009-DG/DPF, em até 30(trinta) dias após a assinatura do contrato;
  28. Comprovar, sempre que solicitado, a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;
  29. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes dos seguintes fatos: pagamento de salários e benefícios dos empregados; recolhimento dos encargos sociais, e regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Gera de Empregados e Desempregados- CAGED, nos termos da Lei nº 4.923/65); Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; cópia da carteira de trabalho e previdência social dos empregados admitidos no período; documentação rescisória completa e recibos de pagamentos dos empregados demitidos no período;

* 1. Comprovar durante a execução contratual, que contratou Plano de Saúde para seus empregados lotados nesse Ministério, em modalidade de cobertura cujo valor seja pertinente ao estipulado nas planilhas, caso contrário essa rubrica não será considerada e glosada do pagamento mensal;

1. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto a hora extra intrajornada;
   5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.
   7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
      1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
      2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
      3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
      4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
   8. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30(trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008;
   9. Fiscalizar a execução dos serviços por meio de Fiscal do Contrato especialmente designado para esse fim, de conformidade com o Art. 67 da Lei 8666/93;
   10. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços de acordo com a legislação, disponibilizando local e os meios materiais, inclusive local apropriado para refeição e banheiro com instalações sanitárias para fins higiênicos;
   11. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço de cobrança;
   12. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos mesmos;
   13. Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no respectivo Contrato, devendo verificar a regularidade do recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento;
   14. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada (preposto);
   15. Comunicar a CONTRATADA qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas nesse Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;
   16. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a serviço do CONTRATANTE, para comprovar o registro da função profissional;
   17. Documentar e firmar em registro próprio (Livro de Ocorrências), juntamente com o preposto da CONTRATADA, as ocorrências havidas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou incorreções observadas;
   18. Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação em vigor;
   19. Providenciar em tempo hábil, por intermédio da Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME e na impossibilidade desta por unidade administrativa superior, as decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato;
   20. Fiscalizar os termos da Súmula Vinculante N°13 do STF, que trata do Nepotismo na contratação de empregados no Serviço Publico, a serem alocados ao Ministério;
   21. Coibir o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
   22. Fiscalizar a vedação de que familiar de agente publico preste serviços no órgão federal ou entidades em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 7º do Decreto 7.203, de 2010.
2. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;
      1. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
   3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008;
   4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
   5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso;
   6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
   7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso;
   8. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
   9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.
   10. O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração do Contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade Contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
       1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez;

* + 1. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
    2. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização;
  1. O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxilio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização;
     1. Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez;
  2. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;
  3. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias;
  4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
  5. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a Contratada deverá entregar no prazo de 30(trinta) dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador:
     1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
     2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
     3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
     4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
  6. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
  7. O fiscal do contrato não poderá, sob nenhuma hipótese, permitir que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no Instrumento Contratual;
  8. O fiscal do contrato poderá exigir, uma vez comprovado a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que deixe de merecer confiança, perturbe a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhes foram acometidas;
  9. O fiscal do contrato deverá emitir relatórios sobre a execução do CONTRATO, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, a exigência de cumprimento de condições contratuais estabelecidas, a proposta e aplicação de sanções, caso ocorra o descumprimento de alguma cláusula contratual.

1. **DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados nas dependências do Ministério de Minas e Energia, e do Ministério do Turismo, sediados no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF.

1. **DA VISTORIA TÉCNICA**
   1. A licitante poderá vistoriar o local dos serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, sede do Ministério de Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, preferencialmente de 2(dois) dias antes da abertura da licitação. A antecedência é solicitada, tendo em vista o necessário tempo hábil, para dirimir possíveis dúvidas acerca da sua execução.
      1. A vistoria poderá ser agendada previamente pela licitante, em horário de expediente normal do MME, pelo fone (061) 2032-5558 e ou 2032-5703 e será acompanhada por profissional habilitado e designado da Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, quando receberá a Declaração de Vistoria conforme **Anexo VII;**
      2. A Licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração de que não realizou a mesma, mas que tomou conhecimento do Edital e seus Anexos, e que não será motivo para eximir-se de realizar qualquer serviço ou fornecer material objeto desta contratação.
2. **DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para comprovar a sua qualificação técnica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos na licitação:

* 1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por empresas de direito público ou privada, devidamente registrado(s) ou visado(s) na entidade profissional competente, comprovando a experiência da empresa na prestação de serviços vigilância desarmada, de forma contínua, no período mínimo de 3 anos(\*), em compatibilidade com o quantitativo objeto desta licitação.
  2. **Autorização** para funcionamento no Distrito Federal, expedida pela Comissão Executiva para assuntos de Vigilância e Transporte de Valores, conforme estabelece a Lei n° 7.102, de 20/06/83 e o Decreto n° 89.056, de 24/11/83 e pela Portaria n° 387/2006 – DG/DPF;
  3. Autorização para compra de arma não letal, expedida mediante alvará concedido pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, devidamente publicado na imprensa oficial, conforme Portaria nº 515/2007 do Departamento de Polícia Federal.
  4. **Autorização de compra de arma não letal, tipo spray de pimenta,** obtido junto ao Departamento de Polícia Federal - DPF, em quantidade igual ou superior ao número de postos objeto do presente termo;

*(\*) O art. 30, inciso II da Lei 8666/93 autoriza expressamente a Administração a exigir da licitante a comprovação de que já executou objeto compatível,* ***em prazo****, com o que está sendo licitado. De acordo com o art. 57, inciso II, dessa lei, os contratos para prestação de serviços de forma contínua (o quê é o presente caso), poderão ser prorrogados por até 60(sessenta) meses, o que na prática remete o prazo do futuro contrato para 5(cinco) anos, de forma que a presente solicitação (relevância)* ***de 3(três) anos,*** *representa apenas 60%(sessenta por cento) do prazo potencial em comento, portanto, não sendo discricionária e nem restritiva competição*

1. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato será de **12(doze) meses** a partir da assinatura por parte do Ministério, podendo ser prorrogado por interesse da Administração, nos termos do Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

1. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**
   1. As empresas interessadas em participar da licitação deverão apresentar, juntamente com a Proposta de Preços, as Planilhas de Custos e Formação de Preços, (conforme modelo anexo ao edital;) de conformidade com o art. 15, inciso XII, item a, da IN nº 02/2008;
   2. De conformidade com o § 5º do Art. 29 da IN Nº 2, de 30 de abril de 2008, quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para os serviços licitados, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
2. **DO PAGAMENTO**

20.1 O pagamento será efetuado **mensalmente** no prazo de **até** **30(trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa dos serviços;

20.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá conter o detalhamento dos serviços executados segundo o disposto nos artigos 35 e 36 da IN nº 02/2008 - SLTI/MPOG e suas alterações, e ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

1. Pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondente ao mês da última Nota Fiscal ou Fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4~~º~~ do art. 31 da Lei n~~º~~ 9.032, de 28 de abril de 1995 c/c com a Instrução Normativa RFB 971, de 13 de novembro de 2009, discriminando o nome de cada profissional e respectivo cargo/função;
2. Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais, com cópias autenticadas e quitadas, comprovando os pagamentos; devendo conter o nome completo de todos os empregados vinculados à execução do Contrato celebrado com o MME, com os respectivos valores de recolhimentos;
3. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “*on line*” ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93;
4. Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e a CAGED;
5. Cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última Nota Fiscal ou Fatura que tenha sido paga pela Administração;
   1. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções e penalidades previstas neste Contrato;
   2. Do pagamento devido à Contratada, serão **retidos os custos** relativos às provisões para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas dos trabalhadores disponibilizados na prestação dos serviços (13º salário; férias e abono de férias; multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões; encargos sobre férias e 13º salário), e efetuará os depósitos em conta vinculada específica, de acordo com o art. **19-A e Anexo V da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008** **e alterações**, e em conformidade com a **Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (conforme modelo);
   3. Do pagamento pela Administração das verbas destinadas ao pagamento das **férias e 13º (décimo terceiro)** dos trabalhadores da Contratada deverá ser feito em conta vinculada, conforme previsto no **art. 19-A da IN/SLTI MPOG nº 02/2008 e alterações**;
   4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
   5. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação;
   6. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;
   7. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. Não produziu os resultados acordados;
      2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
      3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
   8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
   9. Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
   10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5(cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;
   11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
   12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
   13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;
   14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF;
   15. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão **sujeitos à retenção**, na fonte, dos seguintes tributos:

20.17.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

20.17.2 Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e

20.17.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

* 1. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção administrativa ou inadimplência contratual;
  2. A Contratada não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes da prestação dos serviços, sendo-lhe permitido, entretanto, dá-los em garantia de operações de financiamento, mediante prévia anuência do Contratante, não se admitindo, porém, cobrança por intermédio de terceiros, sob pena de multa e demais penalidades cabíveis;
  3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |
| 365 |

* 1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

1. DA ESTIMATIVA DE CUSTO
   1. Conforme Planilhas de Custo e de Formação Preços de Mão-de-obra em anexo, os custos dos serviços foram estimados em:
      1. Mensal: **R$ 116.825,85** (cento e dezesseis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos);
      2. Anual: **R$ 1.401.910,20** (um milhão, quatrocentos e um mil, novecentos e dez reais e vinte centavos);
   2. A elaboração das planilhas tomou como referência os salários estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2016/2016 celebrada entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEG E VIG DO DF - SINDESV-DF e o SINDICATO DE EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA, SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA, CURSOS DE FORMACAO E TRANSPORTE DE VALORES NO DISTRITO FEDERAL - SINDESP-DF, mais os encargos sociais e trabalhistas, impostos, insumos (uniformes, equipamentos, materiais de consumo, etc.) e demais benefícios definidos pela legislação pertinente.
2. DA PESQUISA DE PREÇOS
   1. Foram realizadas pesquisas de preços (de) em conformidade com a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 7, de 29 de Agosto de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, especialmente se fazendo uso do CADERNO DE LOGÍSTICA PARA PESQUISA DE PREÇOS, publicado no Portal www.comprasgovernamentais. gov.br/comprasnet, que é um guia orientativo que contém os procedimentos administrativos básicos na realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, de conforme a seguinte hierarquia:

I - Portal de Compras Governamentais - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/);

II - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

IV - pesquisa com os fornecedores; sendo anexados no processo os respectivos comprovantes;

* 1. Foram observados os Limites Mínimos e Máximos para Contratação de Serviços de Vigilância no Distrito Federal estipulado no portal de compras do governo federal no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/portarias/distrito-federal>.

1. DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
   1. O Contratante descontará do pagamento devido à Contratada, mensalmente, os custos relativos às provisões para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas dos trabalhadores disponibilizados na prestação dos serviços (13º salário; férias e abono de férias; multa do FGTS e impacto sobre férias e 13 º salário) e efetuará os depósitos em conta vinculada específica, de acordo com o **art.** **19-A e Anexo VII da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008**;
   2. Os valores provisionados serão discriminados e obtidos na forma prevista no item 10 do Anexo VII da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, em planilhas mensais e de modo a possibilitar a sua conferência, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ITEM | PERCENTUAL | | |
| 13º Salário | 8,33% | | |
| Férias e abono de férias | 12,10% | | |
| Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa | 5,00% | | |
| Subtotal | 25,43% | | |
| GRUPO A sobre férias e 13º salario (\*) | 7,39% | 7,60% | 7,82% |
| Total | 32,82% | 33,03% | 33,25% |

\* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, da Lei 8.212/91;

* 1. O montante de que trata do aviso prévio trabalhado, 23,33% (7/30 x 100), deverá ser integralmente depositado na conta durante a primeira vigência do contrato;
  2. Os valores provisionados, depositados na conta corrente vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa;
  3. Os valores serão liberados quando apresentado pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados relacionados na execução dos serviços;
  4. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
  5. O Contratante encaminhará, precedido da assinatura do Contrato, ofício à instituição bancária oficial, solicitando a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa a ser contratada, a qual, no ato da regularização da conta corrente vinculada assinará termo específico da instituição bancária oficial que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante;
  6. Os valores provisionados conforme disposto neste Termo de Referência somente serão liberados para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:
     1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
     2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
     3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
     4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;
     5. O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;
  7. A Contratada deverá, no momento da assinatura do Contrato, autorizar o Contratante a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da Contratada, observada a legislação específica, conforme modelo anexo;

* 1. A Contratada deverá, ainda, no momento da assinatura do Contrato, autorizar o Contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme modelo anexo;
  2. A Contratada poderá solicitar a autorização ao Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridos durante a vigência do contrato, devendo apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento ao Contratante, que expedirá, após a confirmação e conferência dos cálculos, a autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos;
  3. A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva por transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos;
  4. A empresa Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;
  5. Em caso de descumprimento das obrigações relativas ao FGTS, por parte da Contratada, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1. DO INICIO DOS SERVIÇOS

As obrigações, objeto desta licitação, serão iniciadas imediatamente após a assinatura do instrumento contratual.

1. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do Contrato oriundo deste Termo de Referência correrão à conta do Orçamento Geral da União, exercício 2017; Ação 2000; Programa de Trabalho nº 2512221190000001; PTRES nº 091627; Natureza de Despesa nº 33.90.37.

1. DA REPACTUAÇÃO

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do Contratante, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Se a contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:
2. **Advertência**, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
3. **Multa moratória diária de 1%** (um por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na assinatura, limitado ao montante total de 2% (dois por cento);
4. **Multa moratória diária de 1%** (um por cento) sobre o valor da parcela mensal correspondente, por ocorrência, nos seguintes casos:

c1) Constatada a presença no posto de trabalho, de profissional não uniformizado, ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;

c2) Deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;

c3) Atrasar o pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas;

c4) Atrasar ou deixar de entregar o material necessário à execução dos serviços.

1. **Multa moratória diária de 0,07%** (sete centésimos por cento) sobre o valor da garantia do contrato, no caso de atraso na sua entrega;
2. **Multa diária de 1% (um por cento),**  sobre o valor do Contrato no caso de atraso na abertura da conta vinculada de que trata este Termo de Referência;
3. **Multa diária de 2%** (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
4. **Multa compensatória de 5%** (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Termo de Referência;
5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MME, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.
   1. O(s) valor(s) da(s) multa(s) poderá(ão) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido (s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

* 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
  2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
     1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
  3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
  4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
  5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

1. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL QUE DEVEM SER OBSERVADOS PELA CONTRATADA
   1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando, ainda, os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
   2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT NBR**, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência;

* 1. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.
  2. Se identificado vazamentos em torneiras ou sifão, lâmpadas queimadas ou piscando, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, imediatamente, o representante da Contratada deverá comunicar o Contratante, por escrito.
  3. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, orientando regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica e água no uso dos equipamentos;
  4. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, [Portarias INMETRO n° 289/06 e nº 243/09.](http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtosPBE/regulamentos/Portaria289_2006.pdf)
  5. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.
  6. Realizar no período compreendido entre o início efetivo do contrato e a 30(trinta) dias da sua assinatura, treinamento de seus empregados para implementar ações e hábitos visando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, de economia de produtos de limpeza, para identificação e uso de produtos biodegradáveis, de redução de produção de resíduos sólidos (lixo), com separação do lixo seco do orgânico/úmido, com fulcro nas normas ambientais vigentes, por intermédio de empresa autorizada/credenciada pelo órgão ambiental público;
  7. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela Coleta Seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

1. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório;

1. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

1. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
   1. A empresa vencedora deverá encaminhar o recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica para fins de comprovação do regime de tributação e adequação da proposta, conforme tabela:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | ISS | PIS | COFINS |
| Lucro Presumido | 5% | 0,65% | 3,0% |
| Lucro Real | 5% | 1,65% | 7,6% |

* 1. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência serão esclarecidas e suprimidas pela CPL/SPOA/SE/MME – Comissão Permanente de Licitação, por intermédio da Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, situada na Sala 130, 1º Andar do Ed. Sede, Bloco “U”, da Esplanada dos Ministérios, fone 2032-5703 e ou fax 2032-5512, Brasília/DF;
  2. Empresa optante pelo Simples Nacional não poderá participar do certame licitatório de que se trata este Termo de Referência, tendo em vista a vedação constante do inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
  3. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme disposto no § 1º, do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações;
  4. Para efeito deste Termo de Referência, o termo CONTRATANTE e a sigla MME significam Ministério de Minas e Energia, que contratará os serviços objeto da presente licitação; o termo CONTRATADA define o proponente vencedor do certame licitatório a quem será adjudicada os serviços e o termo Fiscal do Contrato define o servidor que representará o CONTRATANTE perante a CONTRATADA e a quem esta última deverá se reportar.

1. DO FORO

Fica eleito o Juízo Federal do Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do contrato, com renúncia expressa de quaisquer outros por mais privilegiados sejam.

**ANEXO II**

**RELAÇÃO DOS UNIFORMES A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES - VALOR MENSAL E ANUAL**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificações dos Uniformes** | **Unid.** | **Qtd. Anual por Vigilante** | **Preço Unit. Médio** | **Preço Total/ Vigilante** |
| 1 | Terno, na cor preta, 55% poliéster, 45% lã leve fina, em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade. | un | 4 | 372,54 | 1.490,16 |
| 2 | Gravata, em tecido 100% poliéster ou 100% seda, na cor preta, de boa qualidade. | un | 4 | 22,60 | 90,40 |
| 3 | Camisa, em estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cor azul clara ou branca, de boa qualidade. | un | 10 | 72,31 | 723,10 |
| 4 | Par de sapatos, tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade. | un | 4 | 119,58 | 478,32 |
| 5 | Par de meias, de tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elástano, cor preta, de boa qualidade. | par | 10 | 10,75 | 107,50 |
| 6 | Cinto, tipo esporte fino, de couro e cor preta, de boa qualidade. | un | 2 | 38,44 | 76,88 |
| Total Geral (Vigilância/**Ano**) | | | | | **2.966,36** |
| Total Geral Vigilância/**Mês**) | | | | | **247,19** |
| Total Geral ( **Vigilantes/Ano**) | | | | | **44.495,40** |

**ANEXO III**

**RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Material de Consumo e Equipamentos (ANUAL)** | | | | | | |
| **MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | |
| Item | Especificações | Un | Quantidade | | Em R$ | |
| Preço Unitário | Preço Total |
| Mensal | Total Anual |
| 1 | Livros para anotações de ocorrências, capa dura, contendo 100 folhas pautadas cada, um para cada mês | un | 1 | 12 | 9,80 | 117,60 |
| 2 | Canetas esferográficas | un | 15 | 180 | 0,68 | 122,40 |
| 3 | Resma de Papel | un | 1 | 12 | 14,84 | 178,08 |
| 4 | Bloco de Rascunho tamanho oficio | un | 15 | 180 | 2,39 | 430,20 |
|  | **TOTAL GERAL ANUAL (VIGILANTE + SUPERVISOR)** | | | | | **848,28** |
|  | **TOTAL ANUAL/VIGILANTE** | | | | | **70,69** |
|  | **TOTAL MENSAL/VIGILANTE** | | | | | **4,71** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EQUIPAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
| Item | Descrição | Un | Qdade Mensal | Preço Unit. | Preço Total Anual |
| 1 | Aparelho de radiocomunicação, com níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo de 20 km na transmissão, nível profissional, acompanhado de baterias carregáveis e carregador ou **aluguel mensal junto a uma operadora.** | un | 6 | 89,99 | 6.479,28 |
| 2 | Lanternas Vigilight ou similar, de mão, tipo farolete, com lâmpada Halógena de 55W, tensão de carregador 110 V/220V, peso Máximo de 3,6 Kg. | un | 5 | 246,50 | 1.232,50 |
| 3 | Spray de defesa de gás pimenta, extra forte, frasco com 110 ml, previsão anual. | un | 20 | 36,36 | 727,20 |
|  | **TOTAL GERAL ANUAL (VIGILANTE + SUPERVISOR)** | | | | **8.438,98** |
|  | **TOTAL ANUAL/VIGILANTE** | | | | **703,24** |
|  | **TOTAL MENSAL/VIGILANTE** | | | | **46,88** |

**ANEXO IV**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Processo nº** **48000.0001766/2016-11**

**Pregão Eletrônico nº** 01/2017

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017 às 10:00h

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | 00/00/2017 |
| B | Município/UF | Brasília/DF |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2016 |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | 12 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | | | |
|  |  |  |  |  | |  |  |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | | | |
| **Supervisor Diurno Desarmado - 44 h./semana** | | Posto | 1(um) | | | | | |
|  |  |  |  |  | |  |  |
| **Mão-de-obra** | | | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Supervisor Diurno Desarmado - 44 h./semana** | | | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional/CCT2016 | | | | **R$ 2.264,96** | | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | **Supervisor de Vigilância** | | | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 1º DE JANEIRO | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | % | **Valor (R$)** |
| A | Salário Base | 100% | **2.264,96** |
| B | Adicional de Periculosidade ( Lei n. 12.740/2012 - Item "e" da CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO CCT/2016) | 30% | 679,49 |
| C | Adicional  de insalubridade | 0% | 0,00 |
| D | Adicional noturno | 0% | 0,00 |
| E | Hora noturna adicional | 0% | 0,00 |
| F | Adicional de Hora Extra | 0% | 0,00 |
| G | Intervalo Intrajornada : (SB+AP)/220x20,5x1,50 - não se aplica segundo estudo da Secretaria de Gestão/MPOG - http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/terceirizacao/ct-vigilancia-distrito-federal-2016-versao-1-0.pdf | 13,74% | 0,00 |
| H | Outros (Feriado Trabalhado - Súmula 444 TST remuneração em dobro em feriados na jornada especial pelo regime 12x36 (art. 9º da Lei nº 605/49) = Salário Mensal (SB+AP+IJ) / 30dias x 10 feriados / 12 meses - NÃO SE APLICA AO SUPERVISOR | 4,33% | 0,00 |
|  | **Total da Remuneração** | | **2.944,45** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |
| A | Transporte ((R$ 6,15+R$ 2,25)x2x20,5 dias) - 6% Salário Base - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE CCT2016 | 208,50 |
| B | Auxílio alimentação (Tíquete refeição de R$ 32,00 x 20,5 dias efetivamente trabalhados) - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CCT2016 | 656,00 |
| C | Auxílio Saúde (CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO SAÚDE CCT2016) - – **PARECER Nº 15/2014/CPLC/ DEPCONSU/PGF/AGU c/c a PORTARIA Nº 409, de 21/12/2016** | 0,00 |
| D | Auxílio creche | 0,00 |
| E | Auxílio Doença/Invalidez (CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FUNDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR DOENÇA) | 14,00 |
| F | Seguro de Vida (CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA) | 26,11 |
| F | Auxílio Funeral (despesas de sepultamento - R$ 3.560,00 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA CCT2016) - Incidência 6% | 17,80 |
| H | Treinamento/Capacitação/Reciclagem (CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSO DE RECICLAGEM CCT2016) | 36,67 |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | **959,08** |
| **Nota:** o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | **Valor (R$)** |
| A | Uniformes | 247,19 |
| B | Material de consumo mensal | 4,71 |
| C | Equipamento para desenvolvimento das atividades | 46,88 |
|  | **Total de Insumos diversos** | **298,78** |
| **Nota:** Valores mensais por empregado. | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | INSS | 20,00% | 588,89 |
| B | SESI ou SESC | 1,50% | 44,17 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00% | 29,44 |
| D | INCRA | 0,20% | 5,89 |
| E | Salário Educação | 2,50% | 73,61 |
| F | FGTS | 8,00% | 235,56 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00% | 88,33 |
| H | SEBRAE | 0,60% | 17,67 |
| **TOTAL** | | **36,80%** | **1.083,56** |
| **Nota (1)** - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | |
| **Nota (2)** - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | % | **Valor (R$)** |
| A | 13 º Salário (8,33%) | 8,33% | 245,27 |
| B | Adicional de Férias (1/3) | 2,78% | 81.85 |
|  | Subtotal | 11,11% | 327,12 |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | 4,09% | 120,43 |
| **TOTAL** | | 15,19% | **447,55** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade** | % | **Valor (R$)** |
| A | Afastamento Maternidade |  |  |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade |  |  |
| **TOTAL** | | 0,00% | **0,00** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | % | **Valor (R$)** |
| A | Aviso prévio indenizado (Estimativa: 5% dos empregados serão substituídos durante um ano) **{[0,05x(1/12)]x100} = 0,4117 = 0,42%**  art.487 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011. | 0,42% | 12,37 |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | 0,15% | 4,42 |
| C | Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio indenizado (0,42) **(0,42%)\*0,50 = 0,21**  (Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90,Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001) | 0,21% | 6,18 |
| D | Aviso prévio trabalhado - (redução de 7 dias ou de 2 horas por dia, percentual relativo a contrato de 12 meses)  **[(100%/30) x 7]/12=1,94%**  (Ac.3006/2010-TCU; art.7º, XXI ,CF/88, 477, 487 e 491 CLT) | 1,94% | 57,12 |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,71% | 20,90 |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio trabalhado) = (1,94) **(1,94%)\*0,50 = 0,97** (art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90 com redação dada pela Lei nº 9.491/97) | 0,97% | 28,56 |
| **TOTAL** | | 4,41% | **129,55** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | % | **Valor (R$)** |
| A | Férias | 8,33% | 245,27 |
| B | Ausência por doença (Estatística - 5 faltas por/ano) | 1,39% | 40,93 |
| C | Licença paternidade (Estatística 1,5 % trabalhadores/ano) | 0,13% | 3,83 |
| D | Ausências legais (Estatística - Uma/ano) | 0,28% | 8,24 |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (Estatística IBGE - 8% por ano - 15 dias pagos pela empresa) | 0,33% | 9,72 |
| F | Outros (especificar) |  | 0,00 |
| Subtotal | | 10,45% | 307,99 |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | 3,85% | 113,36 |
| **TOTAL** | | 14,30% | **421,35** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Quadro - Resumo – Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | % | **Valor (R$)** |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | 36,80% | 1.083,56 |
| 4.2 | 13 º salário + Adicional de férias | 15,19% | 447,55 |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 0,00% | 0,00 |
| 4.4 | Custo de rescisão | 4,41% | 129,54 |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 14,30% | 421,35 |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00% |  |
| **TOTAL** | | 70,70% | **2.082,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | |  | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | | 7,39% | 464,41 |
| B | Tributos | | | | 14,25% |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | | 9,25% | 764,40 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | | 5,00% | 413,19 |
| C | Lucro (5%) | | | | 5% | 337,44 |
|  | **Total** | | | |  | **1.979,43** |
| **Nota (1)**: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | |
| **Nota (2):** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | 2.944,45 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | 959,08 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | 298,78 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | 2.082,00 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | 6.284,30 |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | 1.979,43 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | **8.263,73** |

**Processo nº** **48000.0001766/2016-11**

**Pregão Eletrônico nº** 00/2017

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | 00/00/2017 | |
| B | Município/UF | | | | Brasília/DF | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | 2016 | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | 12 | |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Mão-de-obra** | | | | | | | |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  | |  |  | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | | |
| **Vigilante Diurno Desarmado - 44 hs/semana** | | Posto | 1(um) | | | | |
|  |  |  |  |  | |  |  | |
| **Mão-de-obra** | | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Vigilante Diurno Desarmado - 44 hs/semana** | | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional/CCT2016 | | | | **R$ 1.888,29** | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | **Vigilantes** | | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 1º DE JANEIRO | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | % | **Valor (R$)** |
| A | Salário Base | 100% | **1.888,29** |
| B | Adicional de Periculosidade ( Lei n. 12.740/2012 - Item "e" da CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO CCT/2016) | 30% | 566,49 |
| C | Adicional  de insalubridade | 0% | 0,00 |
| D | Adicional noturno | 0% | 0,00 |
| E | Hora noturna adicional | 0% | 0,00 |
| F | Adicional de Hora Extra | 0% | 0,00 |
| G | Intervalo Intrajornada : (SB+AP)/220x15,5x1,50 | 13,74% | 259,43 |
| H | Outros (Feriado Trabalhado - Súmula 444 TST remuneração em dobro em feriados na jornada especial pelo regime 12x36 (art. 9º da Lei nº 605/49) = Salário Mensal (SB+AP+IJ) / 30dias x 10 feriados / 12 meses | 4,33% | 75,39 |
|  | **Total da Remuneração** | | **2.789,60** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |
| A | Transporte ((R$ 6,15+R$ 2,25)x2x15,5 dias) - 6% Salário Base - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE CCT2016 | 147,10 |
| B | Auxílio alimentação (Tiquete refeição de R$ 32,00 x 15,5 dias efetivamente trabalhados) - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CCT2016 | 496,00 |
| C | Auxílio Saúde (CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO SAÚDE CCT2016) - **PARECER Nº 15/2014/CPLC/ DEPCONSU/PGF/AGU c/c a PORTARIA Nº 409, de 21/12/2016** |  |
| D | Auxílio creche | 0,00 |
| E | Auxílio Doença/Invalidez (CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FUNDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR DOENÇA) | 14,00 |
| F | Seguro de Vida (CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA) | 26,11 |
| F | Auxílio Funeral (despesas de sepultamento - R$ 3.560,00 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA CCT2016) - Incidência 6% | 17,80 |
| H | Treinamento/Capacitação/Reciclagem (CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSO DE RECICLAGEM CCT2016) | 36,67 |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | **737,68** |
| **Nota:** o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | **Valor (R$)** |
| A | Uniformes | 247,19 |
| B | Material de consumo mensal | 4,71 |
| C | Equipamento para desenvolvimento das atividades | 46,88 |
|  | **Total de Insumos diversos** | **298,78** |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | INSS | 20,00% | 557,92 |
| B | SESI ou SESC | 1,50% | 41,84 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00% | 27,90 |
| D | INCRA | 0,20% | 5,58 |
| E | Salário Educação | 2,50% | 69,74 |
| F | FGTS | 8,00% | 223,17 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00% | 83,69 |
| H | SEBRAE | 0,60% | 16,74 |
| **TOTAL** | | **36,80%** | **1.026,57** |
| **Nota (1)** - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | |
| **Nota (2)** - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | % | **Valor (R$)** |
| A | 13 º Salário (8,33%) | 8,33% | 232,37 |
| B | Adicional de Férias (1/3) | 2,78% | 77,46 |
|  | Subtotal | 11,11% | 309,83 |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | 4,09% | 114,02 |
| **TOTAL** | | 15,19% | **423,85** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade** | % | **Valor (R$)** |
| A | Afastamento Maternidade |  |  |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade |  |  |
| **TOTAL** | | 0,00% | **0,00** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | % | **Valor (R$)** |
| A | Aviso prévio indenizado (Estimativa: 5% dos empregados serão substituídos durante um ano) **{[0,05x(1/12)]x100} = 0,4117 = 0,42%**  art.487 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011. | 0,42% | 11,72 |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | 0,15% | 4,31 |
| C | Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio indenizado (0,42) **(0,42%)\*0,50 = 0,21** (Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90,Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001) | 0,21% | 5,86 |
| D | Aviso prévio trabalhado - (redução de 7 dias ou de 2 horas por dia, percentual relativo a contrato de 12 meses)  **[(100%/30) x 7]/12=1,94%** (Ac.3006/2010-TCU; art.7º, XXI ,CF/88, 477, 487 e 491 CLT) | 1,94% | 54,12 |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,71% | 19,92 |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio trabalhado) = (1,94) **(1,94%)\*0,50 = 0,97** (art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90 com redação dada pela Lei nº 9.491/97) | 0,97% | 27,06 |
| **TOTAL** | | 4,41% | **123,02** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | % | **Valor (R$)** |
| A | Férias | 8,33% | 232,37 |
| B | Ausência por doença (Estatística - 5 faltas por/ano) | 1,39% | 38,74 |
| C | Licença paternidade (Estatística 1,5 % trabalhadores/ano) | 0,13% | 3,49 |
| D | Ausências legais (Estatística - Uma/ano) | 0,28% | 7,75 |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (Estatística IBGE - 8% por ano - 15 dias pagos pela empresa) | 0,33% | 9,21 |
| F | Outros (especificar) |  | 0,00 |
| Subtotal | | 10,45% | 291,56 |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | 3,85% | 107,29 |
| **TOTAL** | | 14,30% | **398,85** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Quadro - Resumo – Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | % | **Valor (R$)** |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | 36,80% | 1.026,57 |
| 4.2 | 13 º salário + Adicional de férias | 15,19% | 423,85 |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 0,00% | 0,00 |
| 4.4 | Custo de rescisão | 4,41% | 123,02 |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 14,30% | 398,85 |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00% |  |
| **TOTAL** | | 70,70% | **1.972,30** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** |  | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | 7,39% | 428,50 |
| B | Tributos | 14,25% |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | 9,25% | 705,29 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | 5,00% | 381,24 |
| C | Lucro (5%) | 5% | 311,34 |
|  | **Total** |  | **1.826,36** |
| **Nota (1)**: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | |
| **Nota (2):** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | 2.789,60 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | 737,68 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | 298,78 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | 1.972,30 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | 5.798,35 |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | 1.826,36 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | **7.624,72** |

**Processo nº** **48000.0001766/2016-11**

**Pregão Eletrônico nº** 00/2017

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017 às 10:00h

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | | | | | | | | | | | |
|  |  |  | | |  | |  | |  | |  | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | | | | | 00/00/2017 | | | |
| B | Município/UF | | | | | | | | Brasília/DF | | | |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | | | | | | | 2016 | | | |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | | | | | | | | 12 | | | |
|  |  |  | | |  | |  | |  | |  | |
|  | | |  |  | |  | |  | |  | |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Identificação do Serviço** | | | | | | | |
|  |  |  |  |  | |  |  | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | | | |
| **Vigilante Noturno Desarmado - 44 hs/semana** | | Posto | 1(um) | | | | |
|  |  |  |  |  | |  |  | |
| **Mão-de-obra** | | | | | | | |
| **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | | | | |
| **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | **Vigilante Noturno Desarmado - 44 hs/semana** | | |
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional/CCT2016 | | | | **R$ 1.888,29** | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | **Vigilantes** | | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | 1º DE JANEIRO | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | |
| **1** | **Composição da Remuneração** | % | **Valor (R$)** |
| A | Salário Base | 100% | **1.888,29** |
| B | Adicional de Periculosidade (Lei n. 12.740/2012 - Item "e" da CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO CCT/2016) | 30% | 566,49 |
| C | Adicional  de insalubridade | 0% | 0,00 |
| D | Adicional noturno ((Coeficiente de Conversão Hora Noturna (1,142857) x Qtd.horas (9:00hs = 22:00 às 7:00 hs) x (Valor Hora = (Salário Base + Ad. Peric)/220 hs x (alíquota adic not = 20%) x (qtd.dias = 15,5)) - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ESCALA DE 12 X 36 HORAS - ADICIONAL NOTURNO | 18,84% | 355,78 |
| E | Hora noturna adicional | 0% | 0,00 |
| F | Adicional de Hora Extra | 0% | 0,00 |
| G | Intervalo Intrajornada : (SB+AP+AN)/220 x 1,50 (hora extra acrescida de 50%) x 15,5 dias | 15,73% | 297,03 |
| H | Outros (Feriado Trabalhado - Súmula 444 TST remuneração em dobro em feriados na jornada especial pelo regime 12x36 (art. 9º da Lei nº 605/49) = Salário Mensal (SB+AP+IJ) / 30dias x 10 feriados / 12 meses | 4,57% | 86,32 |
|  | **Total da Remuneração** | 169% | **3.193,91** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | |
| **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** |
| A | Transporte ((R$ 6,15+R$ 2,25)x2x15,5 dias) - 6% Salário Base - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE CCT2016 | 147,10 |
| B | Auxílio alimentação (Tiquete refeição de R$ 32,00 x 15,5 dias efetivamente trabalhados) - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CCT2016 | 496,00 |
| C | Auxílio Saúde (CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO SAÚDE CCT2016)  **PARECER Nº 15/2014/CPLC/ DEPCONSU/PGF/AGU c/c a PORTARIA Nº 409, de 21/12/2016** |  |
| D | Auxílio creche | 0,00 |
| E | Auxílio Doença/Invalidez (CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FUNDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR DOENÇA) | 14,00 |
| F | Seguro de Vida (CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA) | 26,11 |
| F | Auxílio Funeral (despesas de sepultamento - R$ 3.560,00 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA CCT2016) - Incidência 6% | 17,80 |
| H | Treinamento/Capacitação/Reciclagem (CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSO DE RECICLAGEM CCT2016) | 36,67 |
|  | **Total de Benefícios mensais e diários** | **737,68** |
| **Nota:** o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | |
| **3** | **Insumos Diversos** | **Valor (R$)** |
| A | Uniformes | 247,19 |
| B | Material de consumo mensal | 4,71 |
| C | Equipamento para desenvolvimento das atividades | 46,88 |
|  | **Total de Insumos diversos** | **298,78** |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | |
| **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | |
| **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** |
| A | INSS | 20,00% | 638,78 |
| B | SESI ou SESC | 1,50% | 47,91 |
| C | SENAI ou SENAC | 1,00% | 31,94 |
| D | INCRA | 0,20% | 6,39 |
| E | Salário Educação | 2,50% | 79,85 |
| F | FGTS | 8,00% | 255,51 |
| G | Seguro acidente do trabalho | 3,00% | 95,82 |
| H | SEBRAE | 0,60% | 19,16 |
| **TOTAL** | | **36,80%** | **1.175,73** |
| **Nota (1)** - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | |
| **Nota (2)** - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | |
| **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | % | **Valor (R$)** |
| A | 13 º Salário (8,33%) | 8,33% | 266,05 |
| B | Adicional de Férias (1/3) | 2,78% | 88,68 |
|  | Subtotal | 11,11% | 354,74 |
| C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias | 4,09% | 130,54 |
| **TOTAL** | | 15,19% | **485,28** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | |
| **4.3** | **Afastamento Maternidade** | % | **Valor (R$)** |
| A | Afastamento Maternidade |  |  |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade |  |  |
| **TOTAL** | | 0,00% | **0,00** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | |
| **4.4** | **Provisão para Rescisão** | % | **Valor (R$)** |
| A | Aviso prévio indenizado (Estimativa: 5% dos empregados serão substituídos durante um ano) **{[0,05x(1/12)]x100} = 0,4117 = 0,42%**  art.487 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011. | 0,42% | 13,41 |
| B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado | 0,15% | 4,94 |
| C | Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x aviso prévio indenizado (0,42) = **(0,42%)\*0,50 = 0,21**  (Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90,Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001) | 0,21% | 6,71 |
| D | Aviso prévio trabalhado - (redução de 7 dias ou de 2 horas por dia, percentual relativo a contrato de 12 meses)  **[(100%/30) x 7]/12=1,94%** (Ac.3006/2010-TCU; art.7º, XXI ,CF/88, 477, 487 e 491 CLT) | 1,94% | 61,96 |
| E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado | 0,71% | 22,80 |
| F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio trabalhado) = (1,94) **(1,94%)\*0,50 = 0,97** (art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90 com redação dada pela Lei nº 9.491/97) | 0,97% | 30,98 |
| **TOTAL** | | 4,41% | **140,85** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | |
| **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | % | **Valor (R$)** |
| A | Férias | 8,33% | 266,05 |
| B | Ausência por doença (Estatística - 5 faltas por/ano) | 1,39% | 44,36 |
| C | Licença paternidade (Estatística 1,5 % trabalhadores/ano) | 0,13% | 3,99 |
| D | Ausências legais (Estatística - Uma/ano) | 0,28% | 8,87 |
| E | Ausência por Acidente de trabalho (Estatística IBGE - 8% por ano - 15 dias pagos pela empresa) | 0,33% | 10,54 |
| F | Outros (especificar) |  | 0,00 |
| Subtotal | | 10,45% | 333,82 |
| G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição | 3,85% | 122,84 |
| **TOTAL** | | 14,30% | **456,66** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Quadro - Resumo – Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | |
| **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | % | **Valor (R$)** |
| 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS | 36,80% | 1.175,73 |
| 4.2 | 13 º salário + Adicional de férias | 15,19% | 485,28 |
| 4.3 | Afastamento maternidade | 0,00% | 0,00 |
| 4.4 | Custo de rescisão | 4,41% | 140,85 |
| 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente | 14,30% | 456,66 |
| 4.6 | Outros (especificar) | 0,00% |  |
| **TOTAL** | | 70,70% | **2.258,51** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | |
| **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | |  | **Valor (R$)** |
| A | Custos Indiretos | | | | 7,39% | 479,53 |
| B | Tributos | | | | 14,25% |  |
|  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | | 9,25% | 789,28 |
|  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | | 5,00% | 426,64 |
| C | Lucro (5%) | | | | 5% | 348,42 |
|  | **Total** | | | |  | **2.043,86** |
| **Nota (1)**: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | |
| **Nota (2):** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | |
|  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) |
| A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | | 3.193,91 |
| B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | | 737,68 |
| C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | | 298,78 |
| D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | | 2.258,51 |
| Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | | 6.488,88 |
| E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | | 2.043,86 |
| **Valor total por empregado** | | | | | | **8.532,74** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | |  |
| **Tipo de serviço** | | **Valor proposto por empregado** | **Qtd. de empregados por posto** | **Valor proposto por posto** | **Qtd. de postos** | **Valor total do serviço** |
| **(A)** | | **(B)** | **(C)** | **(D) = (B x C)** | **(E)** | **(F) = (D x E)** |
| I | Supervisor Diurno Desarmado | R$ 8.263,73 | 1 | R$ 8.263,73 | 1 | R$ 8.263,73 |
| II | Vigilante Diurno Desarmado | R$ 7.624,72 | 2 | R$ 15.249,44 | 6 | R$ 91.496,64 |
| III | Vigilante Noturno Desarmado | R$ 8.532,74 | 2 | R$ 17.065,48 | 1 | R$ 17.065,48 |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III)** | | | | | | **R$ 116.825,85** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | | |
| **Valor Global da Proposta** | | |
| A | **Descrição** | **Valor (R$)** |
| A1 | **Supervisor Diurno Desarmado** | **R$ 8.263,73** |
| A2 | **Vigilante Diurno Desarmado** | **R$ 91.496,64** |
| A3 | **Vigilante Noturno Desarmado** | **R$ 17.065,48** |
| B | **Valor mensal do serviço** | **R$ 116.825,85** |
| C | **Valor global da proposta (valor mensal do serviço x 12 meses do contrato)** | **R$ 1.401.910,20** |
| Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço. | | |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Complemento dos Serviços de Vigilância** | | | | |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | |
| **TIPO** | **ESCALA DE TRABALHO** | **PREÇO MENSAL DO POSTO** | **Nº DE POSTOS** | **SUBTOTAL (R$)** |
|
| I. | 44(quarenta e quatro) horas semanais **diurnas**, de segunda a sábado envolvendo 1(um) **Supervisor Desarmado**. | R$ 8.263,73 | 1 | R$ 8.263,73 |
| II. | 12 horas **diurnas**, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) **Vigilantes Desarmados** em turnos de 12(doze) x 36(trinta e seis) horas. | R$ 15.249,44 | 6 | R$ 91.496,64 |
| III. | 12 horas **noturnas**, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) **Vigilantes Armados** em turnos de 12(doze) x 36(trinta e seis) horas. | R$ 17.065,48 | 1 | R$ 17.065,48 |
| **TOTAL** | |  | 8 | **R$ 116.825,85** |
| **Nota:** Nos casos de incluir outros tipos de postos observar o disposto no § 2º do art. 50 da   IN n° 02  de 30 de abril de 2008. | | | | |

**ANEXO V**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**(Em papel timbrado da licitante)**

AO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

BRASÍLIA-DF

Ref.: **Pregão Eletrônico Nº 01/2017-MME**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sa. a nossa proposta para a **prestação de serviços de vigilância desarmada período diurno/noturno**, a serem executados de forma contínua, com disponibilização de vigilante e supervisor, com fornecimento de materiais acessórios, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, sedes dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, em Brasília - DF, conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos

A presente proposta para a prestação de **serviços de Vigilância desarmada**, será pelo preço mensal de R$ \_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_), perfazendo o valor total global para 12 (doze) meses de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA TODAS AS CATEGORIAS**

**Processo nº** **48000.001766/2016-11**

**Pregão Eletrônico nº** 01/2017

**Data**: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017 às 10:00h

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)** | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | \_\_\_\_/ \_\_\_\_ /2017 |
| B | Município/UF | Brasília/DF |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | **2016** |
| D | N~~º~~ de meses de execução contratual | 12 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Identificação do Serviço** | | |
| Tipo de Serviço | Unidade de Medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) |
|  | Posto | 1(um) |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Mão-de-obra** | | | | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual** | | | | **Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra** | | | | 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) |  | | 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional/CCT2016 | **R$** | | 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) |  | | 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 1º DE JANEIRO |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **MÓDULO 1 :   COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO** | | | | | **1** | **Composição da Remuneração** | % | **Valor (R$)** | | A | Salário Base |  |  | | B | Adicional de Periculosidade ( Lei n. 12.740/2012 - Item "e" da CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO CCT/2016) |  |  | | C | Adicional  de insalubridade |  |  | | D | Adicional noturno |  |  | | E | Hora noturna adicional |  |  | | F | Adicional de Hora Extra |  |  | | G | Intervalo Intrajornada |  |  | | H | Outros (Feriado Trabalhado - Súmula 444 TST remuneração em dobro em feriados na jornada especial pelo regime 12x36 (art. 9º da Lei nº 605/49) = Salário Mensal (SB+AP+IJ) / 30dias x 10 feriados / 12 meses - NÃO SE APLICA AO SUPERVISOR |  |  | |  | **Total da Remuneração** | |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | | **MÓDULO 2:   BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS** | | | | **2** | **Benefícios Mensais e Diários** | **Valor (R$)** | | A | Transporte ((R$ 6,15+R$ 2,25)x2x20,5 dias) - 6% Salário Base - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE CCT2016 |  | | B | Auxílio alimentação (Tiquete refeição de R$ 32,00 x 20,5 dias efetivamente trabalhados) - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CCT2016 |  | | C | Auxílio Saúde (CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO SAÚDE CCT2016)  **PARECER Nº 15/2014/CPLC/ DEPCONSU/PGF/AGU c/c a PORTARIA Nº 409, de 21/12/2016** |  | | D | Auxílio creche |  | | E | Auxílio Doença/Invalidez (CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FUNDO PARA INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ POR DOENÇA) |  | | F | Seguro de Vida (CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA) |  | | F | Auxílio Funeral (despesas de sepultamento - R$ 3.560,00 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA CCT2016) - Incidência 6% |  | | H | Treinamento/Capacitação/Reciclagem (CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSO DE RECICLAGEM CCT2016) |  | |  | **Total de Benefícios mensais e diários** |  | | **Nota:** o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado). | | |  |  |  |  | | --- | --- | --- | | **MÓDULO 3:   INSUMOS DIVERSOS** | | | | **3** | **Insumos Diversos** | **Valor (R$)** | | A | Uniformes |  | | B | Material de consumo mensal |  | | C | Equipamento para desenvolvimento das atividades |  | |  | **Total de Insumos diversos** |  | | Nota: Valores mensais por empregado. | | |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **MÓDULO 4:   ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | | | | **Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:** | | | | | **4.1** | **Encargos previdenciários e FGTS** | **%** | **Valor (R$)** | | A | INSS |  |  | | B | SESI ou SESC |  |  | | C | SENAI ou SENAC |  |  | | D | INCRA |  |  | | E | Salário Educação |  |  | | F | FGTS |  |  | | G | Seguro acidente do trabalho |  |  | | H | SEBRAE |  |  | | **TOTAL** | |  |  | | **Nota (1)** - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. | | | | | **Nota (2)** - Percentuais incidentes sobre a remuneração. | | | |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias** | | | | | **4.2** | **13º Salário e Adicional de Férias** | % | **Valor (R$)** | | A | 13 º Salário (8,33%) |  |  | | B | Adicional de Férias (1/3) |  |  | |  | Subtotal |  |  | | C | Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias |  |  | | **TOTAL** | |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade** | | | | | **4.3** | **Afastamento Maternidade** | % | **Valor (R$)** | | A | Afastamento Maternidade |  |  | | B | Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade |  |  | | **TOTAL** | |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **Submódulo 4.4 -  Provisão para Rescisão** | | | | | **4.4** | **Provisão para Rescisão** | % | **Valor (R$)** | | A | Aviso prévio indenizado (Estimativa: 5% dos empregados serão substituídos durante um ano) **{[0,05x(1/12)]x100} = 0,4117 = 0,42%**  art.487 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011. |  |  | | B | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado |  |  | | C | Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio indenizado (0,42) **(0,42%)\*0,50 = 0,21**  (Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90,Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001) |  |  | | D | Aviso prévio trabalhado - (redução de 7 dias ou de 2 horas por dia, percentual relativo a contrato de 12 meses)  **[(100%/30) x 7]/12=1,94%**  (Ac.3006/2010-TCU; art.7º, XXI ,CF/88, 477, 487 e 491 CLT) |  |  | | E | Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado |  |  | | F | Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado (multa de 40% FGTS + 10% contribuição) x o aviso o prévio trabalhado) = (1,94) **(1,94%)\*0,50 = 0,97** (art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90 com redação dada pela Lei nº 9.491/97) |  |  | | **TOTAL** | |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **Submódulo  4.5  – Custo de Reposição do Profissional Ausente** | | | | | **4.5** | **Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente** | % | **Valor (R$)** | | A | Férias |  |  | | B | Ausência por doença (Estatística - 5 faltas por/ano) |  |  | | C | Licença paternidade (Estatística 1,5 % trabalhadores/ano) |  |  | | D | Ausências legais (Estatística - Uma/ano) |  |  | | E | Ausência por Acidente de trabalho (Estatística IBGE - 8% por ano - 15 dias pagos pela empresa) |  |  | | F | Outros (especificar) |  |  | | Subtotal | |  |  | | G | Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição |  |  | | **TOTAL** | |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | **Quadro - Resumo – Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas** | | | | | **4** | **Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas** | % | **Valor (R$)** | | 4.1 | Encargos previdenciários e FGTS |  |  | | 4.2 | 13 º salário + Adicional de férias |  |  | | 4.3 | Afastamento maternidade |  |  | | 4.4 | Custo de rescisão |  |  | | 4.5 | Custo de reposição do profissional ausente |  |  | | 4.6 | Outros (especificar) |  |  | | **TOTAL** | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO** | | | | | | | | **5** | **Custos Indiretos, Tributos e Lucro** | | | |  | **Valor (R$)** | | A | Custos Indiretos | | | |  |  | | B | Tributos | | | |  |  | |  | B1. Tributos Federais - PIS (1,65% ) + COFINS (7,60) = 9,25% | | | |  |  | |  | B.2  Tributos Estaduais - ISS (5%) (Distrito Federal) | | | |  |  | | C | Lucro (5%) | | | |  |  | |  | **Total** | | | |  |  | | **Nota (1)**: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado. | | | | | | | | **Nota (2):** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | | | | | |  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |  | | **Quadro-resumo do Custo por Empregado** | | | | | | | |  | **Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)** | | | | | (R$) | | A | Módulo 1 – Composição da Remuneração | | | | |  | | B | Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários | | | | |  | | C | Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) | | | | |  | | D | Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas | | | | |  | | Subtotal (A + B +C+ D) | | | | | |  | | E | Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro | | | | |  | | **Valor total por empregado** | | | | | |  | |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | | |
| **Tipo de serviço** | | **Valor proposto por empregado** | **Qtde de empregados por posto** | **Valor proposto por posto** | **Qtde de postos** | **Valor total do serviço** |
| **(A)** | | **(B)** | **(C)** | **(D) = (B x C)** | **(E)** | **(F) = (D x E)** |
| I | Supervisor Diurno Desarmado |  | 1 |  | 1 |  |
| II | Vigilante Diurno Desarmado |  | 2 |  | 6 |  |
| III | Vigilante Noturno Desarmado |  | 2 |  | 1 |  |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Complemento dos Serviços de Vigilância** | | | | |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | |
| **TIPO** | **ESCALA DE TRABALHO** | **PREÇO MENSAL DO POSTO** | **Nº DE POSTOS** | **SUBTOTAL (R$)** |
|
| I. | 44(quarenta e quatro) horas semanais **diurnas**, de segunda a sábado envolvendo 1(um) **Supervisor Desarmado**. |  | 1 |  |
| II. | 12 horas **diurnas**, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) **Vigilantes Desarmados** em turnos de 12(doze) x 36(trinta e seis) horas. |  | 6 |  |
| III. | 12 horas **noturnas**, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) **Vigilantes Armados** em turnos de 12(doze) x 36(trinta e seis) horas. |  | 1 |  |
| **TOTAL** | |  | 8 |  |
| **Nota:** Nos casos de incluir outros tipos de postos observar o disposto no § 2º do art. 50 da   IN n° 02  de 30 de abril de 2008. | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | |
| **Valor Global da Proposta** | |
| **Descrição** | **Valor (R$)** |
| **Supervisor Diurno Desarmado** |  |
| **Vigilante Diurno Desarmado** |  |
| **Vigilante Noturno Desarmado** |  |
| **Valor mensal do serviço** |  |
| **Valor global da proposta (valor mensal do serviço x 12 meses do contrato).** | **👉** |
| Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço. | |

**\*)👉 VALOR A SER INSERIDO NO SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA FASE DE LANCES**

OBSERVAÇÕES:

* + - * 1. A licitante deverá preencher **uma planilha para cada posto**, sob pena de desclassificação, de acordo com o modelo apresentado pelo Ministério de Minas e Energia, cujos percentuais e valores informados deverão retratar a exequibilidade da proposta, de acordo com a legislação vigente;
        2. **A utilização de outro modelo de planilha ensejará a desclassificação da licitante;**
        3. A licitante deverá indicar e adequar a sua planilha à respectiva Convenção Coletiva, no que couber;
        4. Consoante o disposto na Instrução Normativa IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 não deverão compor os tributos o IRPJ e a CSLL.
        5. As alíquotas dos tributos deverão ser cotados em conformidade com a natureza de cada licitante, observando a legislação vigente, em especial a InstruçãoNormativa IN/SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e suas alterações, as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal, a Lei Complementar nº 123/2006, quando for o caso, e o Decreto – GDF nº 25.508/2005;
        6. A adjudicação ficará condicionada à apresentação de novas planilhas, durante a sessão de abertura, contemplando o último lance da detentora do menor preço, observando o disposto nos itens 1, 2, 3 e 4 acima.
        7. Em razão da natureza dos serviços, objeto desta contratação, consoante a legislação vigente, as empresas na condição de **microempresas ou empresas de pequeno porte não poderão apresentar alíquotas de tributos tomando por base a sua opção pelo SIMPLES**, ou seja, deverão fazer a sua cotação como todas as demais empresas;
        8. Considerando, para todos os efeitos, com relação ao vale transporte, informamos que o parâmetro mínimo admissível por empregado é a cotação do trecho Cidade Satélite x Local de Trabalho e vice-versa, facultada, conforme convier à licitante, a cotação do trecho Cidade Satélite x Rodoviária x Local de Trabalho e vice versa, Todavia, ficam as licitantes alertadas que a vencedora do certame deverá arcar com os custos de passagens de quaisquer valores, incluindo-se aí aqueles relativos às cidades do entorno do Distrito Federal. Para tanto, caberá a cada licitante avaliar o contexto deste tipo de serviços e se for o caso, fazer a previsão em lucro ou despesas administrativas, pois não serão aceitos pleitos de acréscimos decorrentes de cotação insuficiente para cobrir os custos reais na execução dos serviços.

**8.1** O parâmetro acima, para o fornecimento de vale transporte, refere-se ao histórico das últimas contratações efetuadas pelo MME.

**9** Caso a licitante apresente valores ou índices diversos dos utilizados na Planilha Estimada **Anexo IV**, deverá apresentar **JUSTIFICATIVA e MEMÓRIA DE CÁLCULO**.

**10** O modelo da planilha constante do **ANEXO IV é EXEMPLIFICATIVA**. Contudo os tributos e encargos não poderão ser cotados em percentuais diversos do previsto na legislação vigente que rege a matéria.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone e e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_UF:\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cargo/Função:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cart.ldent nº:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Expedido por: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Naturalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nacionalidade:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Brasília, de de 2017.

Atenciosamente,

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) do proponente

Nome(s), endereço, Fax e telefone para contato.

**RELAÇÃO DOS UNIFORMES A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES - VALOR MENSAL E ANUAL**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificações dos Uniformes** | **Unid.** | **Qtd. Anual por Vigilante** | **Preço Unit. Médio** | **Preço Total/ Vigilante** |
| 1 | Terno, na cor preta, 55% poliéster, 45% lã leve fina, em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 2 | Gravata, em tecido 100% poliéster ou 100% seda, na cor preta, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 3 | Camisa, em estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cor azul clara ou branca, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 4 | Par de sapatos, tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 5 | Par de meias, de tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elástano, cor preta, de boa qualidade. | par |  |  |  |
| 6 | Cinto, tipo esporte fino, de couro e cor preta, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| Total Geral (Vigilância/**Ano**) | | | | |  |
| Total Geral Vigilância/**Mês**) | | | | |  |
| Total Geral ( **Vigilantes**) | | | | |  |

**RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Material de Consumo e Equipamentos (ANUAL)** | | | | | | |
| **MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | |
| Item | Especificações | Un | Quantidade | | Em R$ | |
| Preço Unitário | Preço Total |
|  | Mensal | Total Anual |
| 1 | Livros para anotações de ocorrências, capa dura, contendo 100 folhas pautadas cada, um para cada mês | un |  |  |  |  |
| 2 | Canetas esferográficas | un |  |  |  |  |
| 3 | Resma de Papel | un |  |  |  |  |
| 4 | Bloco de Rascunho tamanho oficio | un |  |  |  |  |
|  | **TOTAL GERAL ANUAL (VIGILANTE + SUPERVISOR)** | | | | |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EQUIPAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
| Item | Descrição | Un | Qdade Anual | Preço Unit. | Preço Total Anual |
| 1 | Aparelho de radiocomunicação, com níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo de 20 km na transmissão, nível profissional, acompanhado de baterias carregáveis e carregador ou **aluguel mensal junto a uma operadora.** | un |  |  |  |
| 2 | Lanternas Vigilight ou similar, de mão, tipo farolete, com lâmpada Halógena de 55W, tensão de carregador 110 V/220V, peso Máximo de 3,6 Kg. | un |  |  |  |
| 3 | Spray de defesa de gás pimenta, extra forte, frasco com 110 ml, previsão anual. | un |  |  |  |
|  | **TOTAL GERAL ANUAL (VIGILANTE + SUPERVISOR)** | | | |  |

**ANEXO VI**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

|  |
| --- |
| **Declaração**  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa) inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **declara**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.  Local e Data  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (Assinatura do representante legal) |

|  |
| --- |
| **Declaração**  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.  Local e Data  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (Assinatura do representante legal) |

## Declaração

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome da empresa)\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** **que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado,** observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura do representante legal)

|  |
| --- |
| **Declaração**    **ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**  (**Identificação da Licitação**)  (**Identificação completa do representante da licitante**), como representante devidamente constituído de (**Identificação completa da licitante**) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico nº** **01/2017,** declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:   1. a proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa; 2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (**identificação da licitação**) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**), por qualquer meio ou por qualquer pessoa; 3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) quanto a participar ou não da referida licitação; 4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (**identificação da licitação**) antes da adjudicação do objeto da referida licitação; 5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (**identificação da licitação**) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério de Minas e Energia antes da abertura oficial das propostas; e 6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.   \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (Representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa) |

**Declaração**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017-MME**

**Processo nº 48000.001766/2016-11**

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal, com identificação completa

|  |
| --- |
| **MODELO DE DECLARAÇÃO**  (Redação dada pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 6, de 23 de dezembro de 2013)  **DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  **DECLARO** que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrição estadual no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública, vigentes na data da apresentação da nossa proposta:  **\*** Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor Total do Contrato  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Valor total dos Contratos **R$**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).  **DECLARO** que 1/12 (um dozeavos) dos Contratos firmados e acima elencados, não é superior ao Patrimônio Líquido da empresa conforme cálculos demonstrativos abaixo:  (**\*\***O modelo dos cálculos demonstrativos estão anexos e disponíveis no *Comprasnet*)  **Observações**:  **\***Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o **endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, bem como anexar a esta declaração cópia dos respectivos contratos.**  **\*\***A diferença entre a Declaração de Compromissos Assumidos e a Receita Bruta **não pode ser superior a 10% para mais ou para menos**.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura e carimbo do emissor/empresa |

|  |
| --- |
| **cálculos demonstrativos disponíveis no *Comprasnet***  a) CÁLCULO REFERENTE A 1/12 AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS  Cálculo demonstrativo visando a comprovar que o Patrimônio Líquido **é superior** a 1/12 (um dozeavos) do valor dos Contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.  Fórmula de cálculo: **Valor do Patrimônio Líquido x 12 >1 =>** esse resultado deverá ser superior a 1.  **Valor total dos contratos**    **Exemplo:** Declaração – R$ 120.000,00 (valor total dos Contratos vigentes)  Patrimônio Líquido deve ser superior a R$ 10.000,00 (1/12 avos de R$ 120.000,00 = R$ 10.000,00)  **Exemplo numérico 1**: considerando o Patrimônio Líquido de R$ 20.000,00  Valor do Patrimônio Líquido: R$ 20.000,00  Valor Total dos Contratos: R$ 120.000,00  Cálculo:20.000 x 12 = 2 >1          120.000    Cálculo demonstrativo visando a comprovar que o Patrimônio Líquido **não é** superior a 1/12 (um dozeavos) do valor dos Contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.    **Exemplo numérico 2:** considerando o Patrimônio Líquido de R$ 5.000,00  Valor do Patrimônio Líquido – R$ 5.000,00  Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00  Cálculo:5.000 x 12 = 0,5 <1        120.000    b) CÁLCULO DEMONSTRATIVO DO VALOR DA RECEITA BRUTA DISCRIMINADA NA DRE EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL CONSTANTE NA DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA    Fórmula de cálculo: **(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 =**  **Valor da Receita Bruta**    Obs.: caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo) em relação à receita bruta, a licitante deverá **apresentar as devidas justificativas**.    **Exemplo numérico 1:** considerando a Receita Bruta de R$ 130.000,00;  considerando o Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00  **Cálculo: (**130.000 – 120.000) x 100 = 7,69% < 10%                       130.000    Obs. Para essa situação, **não é** necessário justificativa.  **Exemplo numérico 2:** considerando a Receita Bruta de R$ 150.000,00;  considerando o Valor Total dos Contratos – R$ 120.000,00  **Cálculo: (**150.000 – 120.000) x 100 = 20% > 10%                              150.000  Obs. Para essa situação, **não é** necessário justificativa. |

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Contratação de empresa especializada, para prestação de **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada período diurno/noturno**, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, sedes dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, em Brasília - DF.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome da empresa |  | | | |
| CNPJ |  | | | |
| Endereço |  | | | |
| Telefones | Fixo | Celular | |  |
| E-mail |  | | | |
| Contatos |  | | | |
| Responsável |  | |  | |
| Assinatura |  | | | |

Declara, sob as penas da lei, que vistoriou o local e que conhece as condições em que serão executados os serviços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Brasília/DF,..................de.....................................de 2017

.......................................................................................................................................

Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

**ANEXO VIII**

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA VINCULADA**

|  |
| --- |
| Em cumprimento do disposto no **art. 19-A** e no **Anexo VII** da **Instrução Normativa** **nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações,** da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** ao Ministério de Minas e Energia que obedecerá rigorosamente o seguinte procedimento:  **1º)** No ato da assinatura do Contrato, a empresa fornecerá os dados da Agência bancária da conta vinculada (número, nome, endereço e telefone da agência).  A partir da comunicação dos dados não poderá alterar/trocar a Agência bancária, somente em casos excepcionais, com comprovada justificativa, por escrito, aceita e autorizada pelo MME;  **2º)** O MME comunicará à Agência bancária oficial do Governo, estabelecida na Asa Norte/DF;  **3º)** A Agência Governo comunicará a Agência bancária escolhida pelo Contratado a instrução de procedimentos e a autorização;  **4º)** Agência bancária convocará o Contratado para os procedimentos bancários:  providenciar, excepcionalmente, **abertura de Conta Corrente** vinculada (bloqueada para movimentação), em nome da Proponente acima indicada, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato**, destinada a receber créditos ao amparo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº 02/2008 a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato/MME n.º \_\_\_\_\_\_ firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial da União no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/ 2017, página nº \_\_\_ e na qual deverão ser depositados todo e qualquer valor destinado a essas provisões.  **Declara**, ainda, ter conhecimento de que os valores depositados somente poderão ser movimentados ou utilizados mediante autorização do Ministério de Minas e Energia, exclusivamente para as situações previstas na Instrução Normativa IN SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Representante da licitante  Dados do Representante:  Qualificação do Representante:  Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cargo ou função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Órgão expedidor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**ANEXO IX**

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO E DEPÓSITO**

|  |
| --- |
| Em cumprimento do disposto no **art. 19-A** e no **Anexo VII** da **Instrução Normativa** **nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações,** da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejament0, Orçamento e Gestão, a empresa: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **AUTORIZA** o Ministério de Minas e Energia a:  Efetivar descontos na fatura mensal relativos aos valores correspondentes aos **salários e demais verbas trabalhistas** devidas aos empregados, sempre que houver falha no cumprimento dessas obrigações, tais como pagamentos não efetuados no prazo legal, ou pagos com falta ou incorreção, e até à regularização da obrigação, efetivar os depósitos nas respectivas contas correntes, relativos aos empregados vinculados ao Contrato para prestação dos serviços terceirizados, objeto do **Pregão Eletrônico nº 01/2017**, processo nº **48000.001766/2016-11**; e  **Declara**, ainda, que dentro do prazo de **10 (dez) dias** da assinatura do Contrato para a prestação dos serviços fornecerá ao Ministério de Minas e Energia, a relação individualizada dos empregados, indicando o nome e o número (código) do Banco, da Agência e da Conta Corrente para depósito dos salários, nome e CPF do empregado, sua função e o valor total de sua remuneração, bem como todos os demais dados necessários para o cumprimento das disposições desta autorização.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Representante da licitante  Qualificação do Representante:  Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cargo ou função: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Órgão expedidor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**ANEXO X**

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo nº **48000.001766/2016-11 28**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00/2017, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

A União, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, na cidade de Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900, inscrito no CNPJ sob nº37.115.383/0001-53, neste ato representado por seu Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor ................................, pela Portaria nº ......, de ..... de ..................... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ............... de ..........., inscrito(a) no CPF nº ...................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ...................................., doravante denominada CONTRATANTE,, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº **48000.001766/2016-11** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, e demais disposições aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 01/2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada, período diurno/noturno**, a serem executados de forma contínua, com disponibilização da mão de obras as categorias de vigilante e supervisor, com fornecimento de materiais acessórios, para atender as necessidades no Ed. Sede do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo, na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília/DF, nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta da vencedora, com os documentos que a compõem independentemente de transcrição.

1. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da Assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

* + 1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
    2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
    3. O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
    4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
    5. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
  1. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.

1. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
   1. O valor mensal da contratação é de R$ .................... (.....), perfazendo o valor total anual de R$ ...................... (....), resultante da aplicação do preço total indicado na planilha abaixo e na proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº **01/2017**, não estando sujeita a reajuste ou acréscimo de qualquer natureza:

**PLANILHA DE UNIFORMES - VALOR MENSAL E ANUAL**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificações dos Uniformes** | **Unid.** | **Qtd. Anual por Vigilante** | **Preço Unit. Médio** | **Preço Total/ Vigilante** |
| 1 | Terno, na cor preta, 55% poliéster, 45% lã leve fina, em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 2 | Gravata, em tecido 100% poliéster ou 100% seda, na cor preta, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 3 | Camisa, em estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, cor azul clara ou branca, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 4 | Par de sapatos, tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| 5 | Par de meias, de tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elástano, cor preta, de boa qualidade. | par |  |  |  |
| 6 | Cinto, tipo esporte fino, de couro e cor preta, de boa qualidade. | un |  |  |  |
| Total Geral (Vigilância/**Ano**) | | | | |  |
| Total Geral Vigilância/**Mês**) | | | | |  |

**RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Material de Consumo e Equipamentos (ANUAL)** | | | | | | |
| **MATERIAL DE CONSUMO** | | | | | | |
| Item | Especificações | Un | Quantidade | | Em R$ | |
| Preço Unitário | Preço Total |
|  | Mensal | Total Anual |
| 1 | Livros para anotações de ocorrências, capa dura, contendo 100 folhas pautadas cada, um para cada mês | un |  |  |  |  |
| 2 | Canetas esferográficas | un |  |  |  |  |
| 3 | Resma de Papel | un |  |  |  |  |
| 4 | Bloco de Rascunho tamanho oficio | un |  |  |  |  |
|  | **TOTAL GERAL ANUAL (VIGILANTE + SUPERVISOR)** | | | | |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EQUIPAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
| Item | Descrição | Un | Qdade Anual | Preço Unit. | Preço Total Anual |
| 1 | Aparelho de radiocomunicação, com níveis de potência ajustáveis, com alcance mínimo de 20 km na transmissão, nível profissional, acompanhado de baterias carregáveis e carregador ou **aluguel mensal junto a uma operadora.** | un |  |  |  |
| 2 | Lanternas Vigilight ou similar, de mão, tipo farolete, com lâmpada Halógena de 55W, tensão de carregador 110 V/220V, peso Maximo de 3,6 Kg. | un |  |  |  |
| 3 | Spray de defesa de gás pimenta, extra forte, frasco com 110 ml, previsão anual. | un |  |  |  |
|  | **TOTAL GERAL ANUAL (VIGILANTE + SUPERVISOR)** | | | |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | | |
| **Tipo de serviço** | | **Valor proposto por empregado** | **Qtde de empregados por posto** | **Valor proposto por posto** | **Qtde de postos** | **Valor total do serviço** |
| **(A)** | | **(B)** | **(C)** | **(D) = (B x C)** | **(E)** | **(F) = (D x E)** |
| I | Supervisor Diurno Desarmado |  | 1 |  | 1 |  |
| II | Vigilante Diurno Desarmado |  | 2 |  | 6 |  |
| III | Vigilante Noturno Desarmado |  | 2 |  | 1 |  |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | | |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Complemento dos Serviços de Vigilância** | | | | |
| **VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS** | | | | |
| **TIPO** | **ESCALA DE TRABALHO** | **PREÇO MENSAL DO POSTO** | **Nº DE POSTOS** | **SUBTOTAL (R$)** |
|
| I. | 44(quarenta e quatro) horas semanais **diurnas**, de segunda a sábado envolvendo 1(um) **Supervisor Desarmado**. |  | 1 |  |
| II. | 12 horas **diurnas**, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) **Vigilantes Desarmados** em turnos de 12(doze) x 36(trinta e seis) horas. |  | 6 |  |
| III. | 12 horas **noturnas**, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2(dois) **Vigilantes Armados** em turnos de 12(doze) x 36(trinta e seis) horas. |  | 1 |  |
| **TOTAL** | |  | 8 |  |
| **Nota:** Nos casos de incluir outros tipos de postos observar o disposto no § 2º do art. 50 da   IN n° 02  de 30 de abril de 2008. | | | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA** | |
| **Valor Global da Proposta** | |
| **Descrição** | **Valor (R$)** |
| **Supervisor Diurno Desarmado** |  |
| **Vigilante Diurno Desarmado** |  |
| **Vigilante Noturno Desarmado** |  |
| **Valor mensal do serviço** |  |
| **Valor global da proposta (valor mensal do serviço x 12 meses do contrato).** |  |
| Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço. | |

* 1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

1. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Ação 2000; PTRES: 091627; Programa de Trabalho: 25122211920000001; Elemento de Despesa: 33.90.37.

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
   1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO
   1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do Contratante, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.
   2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
   3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
      1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida por este Contrato;
      2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
      3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação da proposta constante do Edital.
   4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
   5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida por este Contrato, ou na data do encerramento da vigência deste Contrato, caso não haja prorrogação.
   6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
   7. Nessas condições, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
      1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
      2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
      3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
   8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível o Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
   9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
   10. O Contratante não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.
   11. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida por este Contrato.
   12. A CONTRATADA deverá demonstrar a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovar o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
       1. os preços praticados no mercado ou em outros Contratos da Administração;
       2. as particularidades do Contrato em vigência;
       3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
       4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
       5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
       6. O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
   13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
       1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
       2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
       3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
   14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
   15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
   16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
   17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao Contrato.
3. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 A Contratada, no prazo de **10 (dez) dias** após a assinatura deste Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

7.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1.2 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza o Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.1.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.1.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.1.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;

7.1.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

7.1.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.1.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.2 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, “b” da IN/MP nº 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

7.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco indicado pela Contratada, em conta específica com correção monetária, em favor do Contratante;

7.4 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.6 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.7 Será considerada extinta a garantia:

7.7.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.7.2 no prazo de três meses após o término da vigência, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

* 1. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

1. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços definidos no objeto deste Instrumento serão de execução indireta no regime de empreitada por preço global, em conformidade com o estabelecido no artigo 10, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

1. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

9.2 O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

9.3 A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9.4 A execução do objeto deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa/MP nº 02, de 2008, quando for o caso.

9.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital e na Proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de aplicação/instalação/utilização/uso.

9.7 A fiscalização do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência, neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no **Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização)** da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

9.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a verificação detalhada de todas as rotinas descritas no **Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

9.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. As obrigações do Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
   1. Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3o da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda, os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
3. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Se a contratada incorrer na inexecução parcial ou total de qualquer das condições previstas no Contrato e seus Anexos, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:

1. **Advertência**, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
2. **Multa moratória diária de 1%** (um por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na assinatura, limitado ao montante total de 2% (dois por cento);
3. **Multa moratória diária de 1%** (um por cento) sobre o valor da parcela mensal correspondente, nos seguintes casos:

c1) Constatada a presença no posto de trabalho, de profissional não uniformizado, ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá de identificação;

c2) Deixar de registrar ou controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos empregados;

c3) Atrasar o pagamento dos salários, inclusive férias e 13º salário, vale-transporte e/ou vale refeição, encargos sociais e trabalhistas;

c4) Atrasar ou deixar de entregar o material necessário à execução dos serviços.

1. **Multa moratória diária de 0,07%** (sete centésimos por cento), sobre o valor da garantia do Contrato, no caso de atraso na sua entrega;
2. **Multa diária de 1% (um por cento)**, sobre o valor do Contrato no caso de atraso na abertura da conta vinculada de que trata este Contrato;
3. **Multa diária de 2%** (dois por cento), sobre o valor total do Contrato nos casos de descumprimento de quaisquer outras obrigações não previstas acima;
4. **Multa compensatória de 5%** (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, quando o descumprimento resultar na rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato;
5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MME, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada no item anterior.
6. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos seguintes prazos:

i1) Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta: **até 2 anos;**

i2)Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato: **até 1 (um) ano;**

i3) Não mantiver a proposta apresentada na licitação: **até 1 (um) ano;**

i4) Falhar ou fraudar na execução deste Contrato: **até 5 (cinco) anos e descredenciamento do SICAF;**

j5) Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93: **até 5 (cinco) anos e descredenciamento do SICAF;**

* 1. O(s) valor(s) da(s) multa(s) poderá(ão) ser descontado (s) do pagamento, ou da garantia prestada, ou ser recolhido (s) em conta única do Tesouro Nacional, por meio de GRU, indicada pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
  2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
  3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
     1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
  4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
  5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
  6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

1. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A CONTRATADA reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
2. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES
   1. É vedado à CONTRATADA:
      1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
      2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
3. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.
4. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS
   1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
5. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
   1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMUNICAÇÕES**
   1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.
   2. As comunicações feitas ao Contratante deverão ser endereçadas à Coordenação Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 3319.5464.
   3. As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas a empresa .................... , estabelecida no .............................., CEP: .....................
7. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO
   1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

18.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília/DF, de de 2017.

Pelo CONTRATANTE:

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Ministério de Minas e Energia

**Pela CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF/MF: CPF/MF:

**ANEXO XI**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**

|  |
| --- |
| **ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A**  **AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**  **Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra** |
| **Termo de Conciliação Judicial** |
| O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;  CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;  CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;  CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".  CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;  CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);  CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);  CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;  CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:  "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas”.  RESOLVEM  Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:  Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:  a) – Serviços de limpeza;  b) – Serviços de conservação;  c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;  d) – Serviços de recepção;  e) – Serviços de copeiragem;  f) – Serviços de reprografia;  g) – Serviços de telefonia;  h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;  i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;  j) – Serviços de auxiliar de escritório;  k) – Serviços de auxiliar administrativo;  l) – Serviços de Office boy (contínuo);  m) – Serviços de digitação;  n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;  o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;  p) – Serviços de ascensorista;  q) – Serviços de enfermagem; e r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.  Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.  Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.  Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados. Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;  Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.  Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo. Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.  DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO  Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).  Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.  Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.  DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA  Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.  DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE  Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.  Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.  Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.  Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.  Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.  Brasília, 05 de junho de 2003.  GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho  BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho  MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO Procurador-Geral da União  HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União  Testemunhas:  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ GRIJALBO FERNANDES COUTINHO Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PAULO SÉRGIO DOMINGUES Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ REGINA BUTRUS Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  do Trabalho - ANPT |